



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-FE

**“FUTEBOL DAS QUEBRADAS”: A PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO E A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INOVADORAS DE
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**

Ane Caroline Lima

Brasília
2019

**“FUTEBOL DAS QUEBRADAS”: A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E A
CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INOVADORAS DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO**

Ane Caroline Lima

Trabalho Final de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia à Comissão Examinadora da Faculdade de
Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Dra. Tatiana Yokoy de Souza

Brasília

2019

“FUTEBOL DAS QUEBRADAS”: A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INOVADORAS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Trabalho Final de Conclusão de Curso, de autoria de Ane Caroline Lima, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade de Brasília à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília assinalada abaixo, sob a orientação da professora Dra. Tatiana Yokoy de Souza.

Apresentação ocorrida em 24/06/2019.

Professora Dra. Tatiana Yokoy de Souza

(Orientadora)

Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB

Professora Dra. Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira

(Examinadora Interna)

Universidade de Brasília (FUP/UnB)

Professora Dra. Marlúcia Ferreira do Carmo

(Examinadora Externa)

Faculdade Projeção de Sobradinho

Professor(a) Dr(a). Alia Maria Barrios González

(Examinadora Suplente)

Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB

Este trabalho é dedicado aos garotos do ninho, que sonhavam em ser jogadores de futebol.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, autor da vida, pela a oportunidade de estar realizando um sonho. A Nossa Senhora, minha mãezinha do Céu, que sempre cuida de mim.

Agradeço a minha mãe, dona Antônia, por todas as lutas, por todo suor, por todas a lágrimas, por todos os sorrisos que deu para que eu pudesse estar aqui hoje. A senhora é o meu maior exemplo. Ao meu padrasto, Valdomiro, que mesmo não estando mais aqui, também fez parte dessa conquista. Amo vocês.

Ao meu irmão, Marcos, por ter me buscado tantas vezes na parada, tarde da noite, quando eu voltava da UnB, pelos conselhos, conversas, risos e irmandade. Você também faz parte dessa conquista.

Aos meus professores, que compartilharam dos seus saberes, me inspiraram, me motivaram e contribuíram para que eu estivesse aqui hoje.

Agradeço especialmente a Priscila, minha amiga de infância, a nossa conversa há anos me inspirou a falar sobre as ações inovadoras no atendimento socioeducativo. Obrigada, muito obrigada.

A minha orientadora, Tatiana Yokoy, que disse sim a minha pesquisa, que acreditou em mim e contribuiu tanto para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos, que me apoiaram nesse momento, entenderam as minhas ausências, me fizeram rir nos momentos mais difíceis e acreditar que tudo daria certo.

Agradeço a toda a equipe da UAMA do Paranoá que me acolheu e acreditou nas potencialidades desta pesquisa. Em especial a equipe do Projeto “Futebol das Quebradas”, que dividiu comigo os seus saberes e fazeres. Vocês são incríveis.

Por fim, aos adolescentes/ jovens participantes do Projeto, que me receberam tão bem, dividiram comigo o seu amor pelo futebol, as brincadeiras e os momentos que fazem esse Projeto ser tão bonito. Vocês contribuíram para que essa pesquisa fosse realizada.

“Deixa o menino jogar ô iaiá
Deixa o menino jogar ô iaiá
Deixa o menino aprender ô iaiá
Que a saúde do povo daqui
É o medo dos homens de lá
Sabedoria do povo daqui
É o medo dos homens de lá
A consciência do povo daqui
É o medo dos homens de lá”.

(Deixa o menino jogar
Alexandre Carlo, Natiruts)

RESUMO

As medidas socioeducativas são preconizadas para o(a) adolescente autor(a) de conduta configurada como ato infracional, após o devido processo legal e podem ser cumpridas tanto em meio aberto quanto em meio fechado. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) se articula ao Sistema de Garantia de Direitos, na interface intersetorial entre políticas públicas, como as de educação, assistência social, esporte, cultura e lazer. Este trabalho relata pesquisa que investigou as significações construídas por adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e/ou da comunidade e por socioeducadores envolvidos no Projeto “Futebol das Quebradas”. O Projeto é desenvolvido no contexto de uma Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Distrito Federal, responsável por executar as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. O objetivo deste trabalho foi analisar como o Projeto tem contribuído para o desenvolvimento dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto vinculados à UAMA do Paranoá e dos adolescentes das comunidades do Paranoá, Itapoã, Paranoá Parque e áreas rurais do Paranoá. A metodologia envolveu observações participantes do Projeto e entrevistas narrativas semiestruturadas com adolescentes e socioeducadores. Os resultados indicam que o Projeto “Futebol das Quebradas” tem contribuído para o processo de desenvolvimento dos adolescentes atendidos. Os vínculos estabelecidos entre os participantes do Projeto contribuem para a ressignificação das relações sociais e do atendimento socioeducativo realizado. Verificamos, ainda, que a medida socioeducativa, isoladamente, não é capaz de reverter as condições de vida que contribuíram para que o adolescente cometesse o ato infracional. Faz-se necessária a promoção de um trabalho de proteção social em rede, que possibilite o acesso do adolescente, da sua família e da comunidade às diversas políticas públicas que contribuam para o seu desenvolvimento integral. A partir das análises das significações do Projeto, a pesquisa colabora para a construção de práticas inovadoras de atendimento socioeducativo, para a promoção do desenvolvimento em contextos educativos diversos e para o fortalecimento de uma cultura institucional educativa no campo da Socioeducação.

Palavras chave: socioeducação; desenvolvimento humano; “Futebol das Quebradas”.

ABSTRACT

The socio-educational measures for juvenile offenders are recommended to teenagers who have committed an infraction after the proper legal process and can be served either in non-custodial or custodial sanctions. The National System of Socio-Educational Services (SINASE) is associated to the System for Guaranteeing Rights as a connection between sectors regarding public policies, such as education, social assistance, sports, culture and leisure. This study reports a research that investigated the insights built by teenagers who are serving socio-educational measures as well as the community and social educators involved in the project “Futebol das Quebradas”. The project is developed inside of a Non-Custodial Attending Unit (UAMA) located at the Federal District responsible for executing socio-educational measures of supervised probation and community service. This paper aims to analyze the Project’s contribution to the progress of the teenagers who are serving socio-educational measures in non-custodial sanctions tied to Paranoá’s UAMA from Paranoá’s communities, Itapoã, Paranoá Parque and country areas of Paranoá. The methodology encompassed self- observations from the Project and narrative interviews semi structured with the teenagers and the social educators. The results indicate that the Project “Futebol das Quebradas” has contributed to the teenagers’ process of development. The bond created between the participants of the Project contributes to establishing new meanings to their social relationships and improves the social and educational aid given to them. In addition, it has been checked that the socio-educational measures per se are not able to change the life conditions that made the adolescent commit an infraction. Endorsing a social protection network is necessary, so as to guarantee the teenager, family and community’s access to the various public policies that contribute to their full development. From the analysis of the Project’s significance, the research enriches the building of innovative practices regarding socio-educational aid, aiming to promote the development in different educational contexts and also to strengthen an educational culture institutionalized in the field of Social-Education.

Key words: socio-education; human development; “Futebol das Quebradas”

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos adolescentes entrevistados	53
Tabela 2 – Detalhamento das entrevistas realizadas com a equipe do Projeto.....	56
Tabela 3 – Detalhamento das entrevistas realizadas com adolescentes do Projeto.....	56

LISTA DE SIGLAS

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CONANDA – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

COORDEMA – Coordenação de Atendimento em Meio Aberto

DF – Distrito Federal

DF – Distrito Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FUNARTE – Fundação Nacional das Artes

FUP -Faculdade UnB Planaltina

IESB – Instituto de Educação Superior de Brasília

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LA – Liberdade Assistida

MC – Mestre de Cerimônias

MDH – Ministério do Direitos Humanos

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

NAI – Núcleo de Atendimento Inicial

PAS – Programa de Avaliação Seriada

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio

PDASE – Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo

PIA – Plano Individual de Atendimento

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

RA – Região Administrativa

RAP – Ritmo e poesia

SECRANÇA – Subsecretaria de Políticas para Crianças Adolescente e Juventude

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social

SEDESTMIDH – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social

SEJUS – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUBSIS – Subsecretaria do Sistema Socioeducativo

TCC – Trabalho Final de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Resposta

UAI – Unidade de Atendimento Inicial

UAMA – Unidade de Atendimento em Meio Aberto

UnB – Universidade de Brasília

UPT – Unidade de Planejamento Territorial

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
MEMORIAL DESCRITIVO.....	14
APRESENTAÇÃO.....	21
1. REVISÃO DA LITERATURA	23
1.1. As políticas regulatórias das Medidas Socioeducativas: o histórico menorista <i>versus</i> a proteção integral e a garantia de direitos	23
1.2. As Diretrizes Pedagógicas Das Medidas Socioeducativas	29
1.3. O perfil dos jovens que cumprem medidas socioeducativas no Brasil	33
1.4. O adolescente em contexto infracional no Distrito Federal	35
1.5. A realidade dos programas de atendimento socioeducativo em Meio Aberto no Distrito Federal diante das diretrizes e legislações	37
1.6. O atendimento Socioeducativo ofertado pela Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá	41
1.7. O Projeto “Futebol das Quebradas”.....	46
2. OBJETIVOS	51
2.1. GERAL:	51
2.2. ESPECÍFICOS:	51
3. METODOLOGIA.....	52
3.1. Contexto da pesquisa	52
3.2. Participantes	52
3.3. Procedimentos de construção de dados	54
3.3.1 Aproximação do campo de pesquisa e obtenção de autorizações para pesquisa.....	54
3.3.2. Observações participantes do Projeto “Futebol das Quebradas”	54
3.3.3. Entrevistas com socioeducadores e com adolescentes/jovens do Projeto “Futebol das Quebradas”	55
3.4. Procedimentos de análise de dados	57
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
4.1. Núcleo de Significação: “Quando pivete, meu sonho era ser um jogador de futebol”	59
4.2. Núcleo de Significação: A comunidade também tem direito a lazer, cultura e esporte	62
4.3. Núcleo de significação: “Vida do corre” x “Futebol de sexta é sagrado!” e “território da paz”	64
4.4. Núcleo de significação: Dificuldades para o cumprimento da medida socioeducativa e permanência na escola	67
4.5. Núcleo de Significação: Diferenças entre o meio aberto e o meio fechado	70

4.6. Núcleo de Significação: A falta de articulação intersetorial	71
4.7. Núcleo de significação: A importância do Projeto “Futebol das Quebradas” para o desenvolvimento dos adolescentes/ jovens e para o atendimento socioeducativo	76
4.8. Núcleo de significação: A construção coletiva e participação ativa dos adolescentes/ jovens.....	77
4.9. Núcleo de Significação: Lanche ou “resenha”	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
APÊNDICES	91
Apêndice A – Autorização Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.....	91
Apêndice B – Autorização Subsecretaria do Sistema Socioeducativo.....	92
Apêndice C - Autorização Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá.....	94
Apêndice D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para entrevista com representante da UAMA Paranoá	95
Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para entrevista com adolescente participante do Projeto	97
Apêndice F – Roteiro de Entrevista com Socioeducadores.....	99
Apêndice G – Roteiro de Entrevista com Adolescentes.....	100

MEMORIAL DESCRITIVO

Meu nome é Ane Caroline Lima nascida em Planaltina-DF, no ano de 1989. Sou filha de uma maranhense, dona Arlete, como é chamada, apesar de se chamar Antônio, que veio há muito tempo para a capital federal com o sonho de ter uma vida melhor. Mãe solteira, batalhou muito para que eu e o meu irmão mais novo pudéssemos ter o direito de sonhar. O meu padrasto Valdomiro conheceu a minha mãe quando eu tinha 2 anos e aceitou a empreitada de se casar com uma mulher que já tinha 2 filhos e ajudá-la a nos criar.

Desde pequena, ela me falava que eu tinha que estudar, para poder ter condições melhores de vida. No ano de 1995, quando eu tinha 5 anos, ela matriculou a mim e meu irmão em uma escola chamada Educandário Eurípedes Barsanulfo, localizada na Região Administrativa de Sobradinho. Nós morávamos em Planaltina-DF e, por cerca de uns dois anos, como a minha mãe não tinha condições de nos levar e nos buscar todos os dias na escola, tivemos que ficar na casa dos professores que eram responsáveis pela escola. Sou muito grata a eles por terem nos ajudado e dado condições para que permanecêssemos na escola.

Quando eu tinha cerca de uns 7 anos e meu irmão 5 anos e meio, começamos a ir e a voltar da escola sozinhos. Estudávamos de manhã e tínhamos que acordar bem cedo, tomar um banho e sair com a minha mãe na escuridão até chegar à parada de ônibus. Chegando lá, ela nos colocava em um ônibus e pedia para que as pessoas que ela conhecia cuidassem da gente, para que pudéssemos chegar bem na escola. Éramos conhecidos por todos do ônibus, já que o meu irmão adorava fazer uma bagunça e gritar nas curvas “segura pião”.

Estudei na mesma escola por 10 anos, do Jardim II à 8ª série. Era uma escola pequena, onde a maioria dos professores eram voluntários e grande parte dos alunos pagavam uma pequena taxa para ajudar na manutenção da escola. A escola tinha turmas únicas, então, estudei com praticamente as mesmas pessoas por 10 anos da minha. Foi muito tempo, pude fazer grandes amizades, com quem tenho contato até os dias de hoje.

Nesse período estudando no Educandário, tive muitos professores que me ajudaram muito e me incentivavam a estudar. Uma das principais professoras que tenho na minha memória é a Virgínia, que me dava aula de literatura. Ela nos incentivava a ler os mais variados livros e, uma vez por semana, se não me engano, íamos para a biblioteca da escola e podíamos escolher o livro que a gente queria ler, para depois fazer um resumo sobre o que tínhamos entendido daquela

leitura. Lembro que o meu caderno era encapado com um papel de presente; eu amava aquele caderno e cuidava muito bem dele. O livro que mais gostei de ler foi Pollyana, da autora Eleanor H. Porter. Recordo que, no dia que cheguei em casa com esse livro, me deitei na rede e passei a tarde toda lendo e não consegui parar de ler. Amava a forma como a Pollyana via o mundo e o seu jogo do contente.

As lembranças do Educandário não são todas boas, já que, por morar em Planaltina e estudar em Sobradinho, muitos dos meus colegas de sala faziam brincadeiras sem graça. Como o lugar que a gente morava não tinha pavimentação, muitas vezes eu chegava na escola com os pés sujos e era alvo de *bullying*. Por ter uma vida muito simples e sem condições de comprar muitas coisas que eles tinham, acabava sofrendo *bullying*.

Quando cheguei no Ensino Médio, no ano de 2005, tive que mudar de escola. Fui estudar no Centro de Ensino 02 de Sobradinho; foi a minha primeira experiência estudando em uma escola pública. No meu primeiro dia de aula, tive a feliz surpresa que a minha amiga de infância, Sara, que tinha estudado comigo durante 10 anos, estava na mesma turma que eu. A nossa outra amiga, Helena, havia ficado em uma turma diferente, mas pediu transferência para a nossa, para que pudéssemos estudar juntas. A Sara e a Helena eram as minhas melhores amigas do Educandário, éramos “as três espiãs demais”, “as meninas superpoderosas”, desenhos que passavam na nossa época.

Tenho que admitir que a minha primeira experiência em uma escola pública foi um pouco assustadora. Eu era acostumada com uma turma pequena, tinha estudado com, no máximo, 24 alunos e, de repente, estava em uma sala com quase 40 alunos. As turmas no Educandário eram únicas e, no Centro 02, só do 1º ano, eram umas 7 turmas. Então, tive que me adaptar a uma escola nova, maior, com mais estudantes, mais professores, mais matérias e em que faltava muita infraestrutura.

No 3º ano do Ensino Médio, tive que mudar de escola, por ter conseguido um estágio no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios de manhã e pelo fato de a escola só ter o Ensino Médio de manhã. Então, pela primeira vez na minha vida fui estudar em uma escola na Região Administrativa de Planaltina, em que eu morava e moro até hoje. Fui estudar no Centro de Ensino Médio 02 de Planaltina, ou Centro 02, como nós chamávamos. Foi o melhor ano do meu Ensino Médio. Fiz grandes amigos, lembro que praticamente todas as vezes quando faltava algum professor (e isso acontecia com frequência), as minhas amigas e eu saíamos da escola,

comprávamos uma garrafa de refrigerante, um pacote de salgadinhos e ficávamos conversando embaixo de uma árvore que ficava próxima a escola.

O 3º ano também foi marcado pela escolha de que faculdade eu iria fazer. Sinceramente, eu não havia sido preparada para aquela escolha tão importante. A única coisa que lembro que eu sempre falava era: “não quero ser professora, nunca. Jamais vou escolher essa profissão”. E, ironicamente, hoje estou fazendo o curso de Pedagogia. Mas essa história sobre como eu cheguei à pedagogia é para daqui a pouco. Tinha feito as duas primeiras etapas do Programa de Avaliação Seriada (PAS), realizado pela Universidade de Brasília, e, na terceira etapa, optei pelo curso de Serviço Social. Não me lembro ao certo os motivos que me levaram a fazer essa escolha, mas era o curso que mais me agradava. Para o vestibular da UnB, optei por Psicologia. No entanto, não fui aprovada em nenhuma das avaliações, o que me gerou uma grande frustração, já que eu sempre fui uma boa aluna e todos esperavam que eu estudasse na UnB.

Restou-me, então, a nota do ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio. E, no ano de 2008, com a minha nota, consegui uma bolsa integral para fazer o curso de Tecnólogo em Gastronomia no Instituto de Educação Superior de Brasília, o IESB. Os motivos que me levaram a tomar essa decisão eram que eu queria estudar em uma boa faculdade e precisava de uma bolsa integral.

Sofri bastante durante o curso, porque havia um abismo cultural e financeiro enorme entre a minha realidade e a dos meus colegas de sala de aula. Lembro que, diversas vezes, voltei para casa chorando no ônibus, porque não me sentia bem naquele ambiente tão distinto da realidade com que eu estava acostumada, como moradora de uma região periférica do Distrito Federal. A turma era formada por pessoas mais velhas que eu, mas, por sorte, consegui fazer amizade com pessoas que, como eu, vivenciavam a enorme desigualdade social da nossa cidade. Não posso esquecer-me de mencionar os professores maravilhosos que tive durante o curso, da Argentina, do Uruguai e um pernambucano, que me fizeram valorizar bastante o trabalho do cozinheiro.

O curso durou dois anos e foi uma luta diária para que eu não desistisse dele, já que eu não tinha tanta certeza se aquele era o caminho profissional que eu queria trilhar. Fiquei um ano sem trabalhar, quando finalizei o curso. No ano de 2011, fui trabalhar em um restaurante de um órgão público do DF. Trabalhava, trabalhava e trabalhava e não recebia quase nada por isso.

Lembro que chegava ao restaurante às 7 horas da manhã e só saía às 16 horas. Por vezes, eu não tinha tempo direito nem para almoçar. Foi, então, que percebi que a vida de um profissional de cozinha não era nada parecida com aquela que vivíamos dentro da faculdade ou que nos mostravam nos programas de televisão. Trabalhei no restaurante durante 1 ano e 4 meses e decidi sair para estudar para concurso público.

Estudei por um ano, quando, no início de 2013, fui chamada para trabalhar na creche do Educandário em que eu havia estudado quando era criança. Eles tinham firmado um convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e iam abrir várias turmas de Educação Infantil para crianças carentes moradoras das Regiões de Sobradinho e Sobradinho II. Eu era auxiliar da professora em uma turma do Maternal II. E foi nesse ano, nesse trabalho, nessa turma, que eu me apaixonei pela área da educação. Eu sempre brincava com os meus amigos falando: “eu quero ser professora, mas não tenho saúde para isso”. Porque eu ficava muito doente nesse trabalho; por ser uma creche, as crianças passavam o dia todo. Eu entrava às 7h30 e saía às 17h30. Como eram crianças de apenas 2 anos de idade, demandavam muitos cuidados: trocar fraldas, ajudar no banho, dar comida, cuidar quando estavam doentes... A minha imunidade não dava conta de tanta coisa e, sempre quando elas estavam doentes, eu também ficava doente. Lembro que eu passava todas as datas comemorativas no hospital. Dia das mães eu estava no hospital; páscoa também no hospital; dia dos pais novamente no hospital.

Mesmo com toda essa dificuldade, eu amava aquela turma, amava aquelas crianças, que eram tão pequenas, mas me ensinavam tanto. Pode parecer meio sentimental, mas foi naquela turma, no ano de 2013, que, pela primeira vez, eu pensei “eu quero fazer realmente a faculdade de pedagogia”.

Enfim, o tão sonhado ingresso na UnB. No final do ano de 2014, eu fiz o vestibular para o curso de Pedagogia da UnB e, com 25 anos, enfim, realizei o meu sonho de estudar na Universidade de Brasília e fazer o curso que eu realmente gostava.

Mas a realização desse sonho começou um tanto tumultuada. Como eu estava ingressando na Universidade por um vestibular diferenciado, eu entrei sem estar matriculada em nenhuma disciplina. Então, tive que me matricular em disciplinas aleatórias de vários semestres diferentes, não podendo vivenciar esse gostinho bom de ser uma caloura na Universidade. No primeiro semestre, a disciplina que eu mais gostei foi a de Formas de Expressão das Crianças de 0 a 6 anos, por se tratar de uma área que eu gostava e por ter conhecido o autor Lev Vygotsky.

O segundo semestre melhorou; entendi a dinâmica que eu teria que ter para me matricular e consegui pegar algumas disciplinas com a turma que havia entrado na UnB no mesmo semestre que eu. Neste semestre, fiz a disciplina Perspectivas do Desenvolvimento Humano, em que a professora nos apresentou várias teorias sobre os processos de desenvolvimento humano. Ela tinha uma didática totalmente diferente do que eu era acostumada e escrevia todos os dias no quadro antes de começar a sua aula: “autonomia e responsabilidade”. Ela falava que nós tínhamos a autonomia de escolher quais textos gostaríamos de ler ou não, mas também tínhamos a responsabilidade de saber que a falta da leitura poderia prejudicar o nosso processo de aprendizagem.

Os semestres foram passando e passando e começou a me dar um desespero por não estar conseguindo aproveitar a tríade que a Universidade nos oferece do Ensino, Pesquisa e Extensão. Tive que começar a fazer estágio no terceiro semestre para ajudar nas despesas de casa, não sobrando tempo para que eu pudesse me inscrever nos Projetos de Extensão que a Universidade ofertava.

Das experiências que marcaram na Universidade gostaria de destacar as duas disciplinas que cursei no *campus* da UnB de Planaltina, a FUP, a de Educação e Comunicação Comunitária, com o professor Felipe Canova. Nessa disciplina, tivemos a oportunidade de desenvolver projetos que estimulavam o envolvimento da comunidade nos meios de comunicação comunitária, como rádio novela, vídeos, *fanzone*. Visitamos vários lugares de Planaltina como: o Vale do Amanhecer, o Mestre D’Armas e um assentamento sem-terra, lugares que são marginalizados na nossa cidade e, com e para a comunidade, elaboramos e executamos projetos que incentivavam novas formas de se comunicar. Nessa disciplina, percebi a importância de a Universidade estar próxima das comunidades.

A outra disciplina foi a de Organização e Métodos, com a professora Carolina Lopes. Mesmo não sendo uma disciplina da área de educação, o amor e a dedicação que a professora tinha pelo ensino me inspiravam e me faziam pensar que, quando eu for uma professora, quero ter esse amor e dedicação pelo ensino.

As experiências que a Universidade nos proporciona são únicas e a forma com que elas nos afetam é única para cada sujeito. Larrosa (2002, p. 24) destaca que, em espanhol: “a experiência é o que nos passa, o sujeito da experiência seria como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns

afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos”. Acredito que a Universidade me afetou, me fez ver o mundo de uma forma diferente da que eu estava acostumada, me fez ter um olhar mais sensível e analítico para as desigualdades que nos afetam e entender os motivos de grande parte da população do Brasil ser tão excluída e marginalizada.

Os semestres foram passando e eu ainda não tinha decidido qual seria o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Queria escolher um tema que me motivasse e que, principalmente, tivesse significado não só para mim, mas que pudesse, quem sabe, inspirar outras pessoas. Foi, então, que, no meu oitavo semestre, me matriculei na disciplina de Tópicos Especiais em Psicologia da Educação, ofertada pela professora Tatiana Yokoy, sem saber do que se tratava e quais seriam os conteúdos estudados.

No meu primeiro dia de aula da disciplina, fui cheia de expectativas de como seria o semestre e me surpreendi quando descobri que iríamos falar sobre os processos de desenvolvimento de adolescentes/ jovens e sobre Socioeducação. No início, achei um pouco estranho, já que nunca tinha ouvido sobre esse assunto na Faculdade de Educação. Com o decorrer do semestre, com a leitura dos textos e as aulas, fui me interessando cada vez mais pelo tema. As discussões que tínhamos durante as aulas me faziam refletir sobre a realidade da exclusão e a ausência de políticas públicas que eu vivenciava por morar em Planaltina. As aulas também me fizeram lembrar de uma conversa que eu tinha tido, há muito tempo, com a minha amiga Priscila, sobre as experiências que ela tinha tido ao participar de um projeto em uma Unidade de Internação para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de como aquela experiência a tinha afetado.

Marques (2016, p. 12) destaca que a socioeducação deve impulsionar e viabilizar os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos adolescentes/ jovens autores de infração, “buscando contribuir para sua real efetivação e reinserção social” Ao conhecer novas práticas de atendimento socioeducativo que estavam acontecendo no Distrito Federal, percebi que seria importante dar visibilidade para essas ações, tendo em vista o atual momento político que vivemos e que, geralmente, as informações sobre essa temática assumem o viés de criminalização da pobreza e da adolescência.

No final do semestre, falei com a professora Tatiana Yokoy sobre a possibilidade de fazer o meu Trabalho de Final de Curso sobre essas novas práticas de atendimento socioeducativo, que se afastam do paradigma punitivo e avançam na direção da promoção do

desenvolvimento e da ressignificação dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes. Ela apoiou a minha ideia e me indicou a Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do Paranoá, responsável por executar as medidas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) nas Regiões Administrativas do Paranoá e Itapoã, que desenvolvia projetos de atendimento em grupo que mereciam ser visibilizados.

Inicialmente, a minha ideia era falar sobre as Oficinas de Audiovisuais, projeto sobre o qual eu tinha assistido um vídeo durante a disciplina. No entanto, ao conversar com a supervisora da UAMA do Paranoá, ela me informou que nesse semestre as oficinas não iriam acontecer, mas que a Unidade ofertava três projetos contínuos: “Futebol das Quebradas”, “Semear: Horta Orgânica” e “Guerreiros da Periferia”. Ela me explicou um pouco sobre cada um dos projetos e me deu liberdade para poder escolher aquele que eu mais tivesse afinidade.

Sempre fui uma apaixonada pelo futebol, de assistir a todos os jogos do meu time do coração, de ir aos estádios, de gostar de falar sobre esse assunto e de ser chamada de a “tia do futebol” em uma escola em que eu havia feito estágio. Então, escolhi falar sobre o Projeto “Futebol das Quebradas”. No Brasil o sonho da grande maioria dos meninos moradores das regiões periféricas é ser um jogador de futebol e, em muitas ruas da periferia, você vai conseguir encontrar um grupo de crianças ou adolescentes jogando “golzinho” com bolas improvisadas, pés no chão.

Um dos grandes desafios dos promotores de políticas sociais “é construir metodologias de ação que permitam, de fato, a inclusão, ou seja, a inserção de pessoas que margeiam os espaços sociais em lugares de voz e protagonismo” (OLIVEIRA; CAIXETA 2015, p. 223). Os fenômenos investigados nesta pesquisa incluem significações acerca do Projeto “Futebol das Quebradas”, construídas por adolescentes/ jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto e da comunidade e pelos socioeducadores envolvidos no Projeto socioeducativo.

APRESENTAÇÃO

As medidas socioeducativas são preconizadas para o(a) adolescente autor(a) de conduta configurada como ato infracional, após devido processo legal e podem ser cumpridas tanto em meio aberto quanto em meio fechado. São elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional.

Carmo e Leal (2014, p. 189) asseveram que a medida socioeducativa é impositiva, pois é imposta coercivamente ao adolescente; é sancionatória, pelo fato de responsabilizar judicialmente o adolescente; é retributiva, tendo em vista que a sua finalidade é o reestabelecimento da ordem que foi violada; e tem finalidade pedagógica e educativa, “uma vez que sua execução está condicionada ao desenvolvimento de ações educativas visando à formação da cidadania, possibilitando que os adolescentes redirecionem seus projetos de vida”.

Mesmo possuindo um caráter sancionatório, as medidas socioeducativas são dispositivos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos e seus objetivos incluem a reinserção social do adolescente e a sua proteção social. Assim, o caráter pedagógico das medidas deve ser enfatizado nos programas de atendimento, coerentemente com o paradigma de proteção integral e a concepção do adolescente enquanto sujeito de direitos e em condição de desenvolvimento (Yokoy de Souza, 2012).

A presente pesquisa foi realizada na Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do Paranoá, Distrito Federal, que é a responsável por executar as medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade), nas Regiões Administrativas do Paranoá e Itapoã.

Nesse trabalho temos como objetivo geral analisar como o Projeto “Futebol das Quebradas” tem contribuído para o desenvolvimento dos adolescentes/jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto vinculados à UAMA do Paranoá e dos adolescentes/jovens das comunidades do Paranoá, Itapoã, Paranoá Parque e áreas rurais do Paranoá. Afinal, projetos como o “Futebol das Quebradas” podem contribuir para o processo de desenvolvimento de adolescentes/ jovens participantes?

Os objetivos específicos da pesquisa são: conhecer o atendimento socioeducativo destinado aos adolescentes/ jovens no Distrito Federal e na Unidade de Atendimento em Meio

Aberto do Paranoá; analisar a importância do trabalho em rede para o desenvolvimento do atendimento socioeducativo; analisar as significações que os adolescentes/ jovens e equipe socioeducativa participantes possuem do Projeto “Futebol das Quebradas”; e discutir práticas socioeducativas inovadoras, a exemplo do Projeto “Futebol das Quebradas”, que potencialmente podem contribuir para a construção de novas trajetórias de vida dos adolescentes/ jovens.

Os procedimentos adotados para a construção dos dados incluem: aproximação do campo de pesquisa e obtenção de autorização para a pesquisa; observações participantes das atividades do Projeto “Futebol das Quebradas”; e entrevistas com socioeducadores e com adolescentes /jovens participantes do Projeto. A análise dos dados foi elaborada a partir da proposta dos núcleos de significação de Aguiar e Ozella (2006, 2013) e envolve os seguintes passos: a) leitura flutuante e organização do material das transcrições; b) levantamento dos pré-indicadores; c) construção de indicadores; d) construção de núcleos de significação; e) análise de núcleos de significação: intra e inter núcleos.

Como benefícios da pesquisa, esperamos contribuir para novas práticas pedagógicas junto a adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas, orientadas para a promoção de seus processos de desenvolvimento. Por fim, a pesquisa também pode favorecer o estabelecimento de parcerias intersetoriais entre o sistema socioeducativo local e a Universidade, para futuras ações de formação e estudos no campo da Socioeducação. A pesquisa procura colaborar na construção de conhecimentos científicos que fortaleçam a garantia de direitos de socioeducadores, de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e de suas famílias e comunidades.

A seguir, apresento a Revisão de Literatura deste Trabalho, que se compõe por três seções: a primeira apresenta a revisão da literatura; a segunda, a metodologia e, por fim, seção sobre discussão dos resultados, seguida das considerações finais do trabalho.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. As políticas regulatórias das Medidas Socioeducativas: o histórico menorista *versus* a proteção integral e a garantia de direitos

Para se falar a respeito das legislações vigentes a respeito do cumprimento de medidas socioeducativas por adolescentes a quem se atribui prática infracional, se faz necessário compreender o conceito de adolescência e os seus desdobramentos ao longo do tempo. Segundo Yokoy de Souza; Lopes de Oliveira e Rodrigues (2014a), a adolescência deve ser vista como um fenômeno sociocultural, que foi construída e continua a ser transformada no decorrer da história da nossa sociedade. Assim, não há de se pensar em um conceito único de adolescência, mas nas diversas adolescências.

Características como: turbulências emocionais, e tendências a ações irresponsáveis, que geralmente são atribuídas à adolescência contribuem para a sua desvalorização em detrimento da vida adulta, que é caracterizada normativamente em nossa sociedade com a fase da estabilidade emocional e produtividade econômica (ARAÚJO; LOPES DE OLIVEIRA, 2010). Yokoy de Souza; Lopes de Oliveira e Rodrigues (2014a, p. 123) asseveram que: “[...] caracterizar a adolescência apenas como um grupo etário e/ou uma fase do desenvolvimento com características uniformes representaria uma visão limitada desse fenômeno”. Na visão sociocultural de adolescência, deve-se partir do contexto em que ela está sendo analisada. As vivências de adolescência podem ser diversas e são circunscritas pelas significações construídas pelos grupos sociais e culturais dos quais o adolescente participa.

Faz-se necessário destacar que o contexto social, cultural, econômico e histórico no qual o adolescente está inserido oferece possibilidades e limitações para o seu desenvolvimento. As relações que o adolescente estabelece nesses contextos fazem com que este sujeito ativamente se constitua e se desenvolva (YOKOY DE SOUZA; LOPES DE OLIVEIRA; RODRIGUES, 2014b).

Adotamos o olhar sociocultural sobre desenvolvimento, processo caracterizado por multilinearidade, por múltiplas trajetórias de vida, pela indissociabilidade entre cultura e subjetividade e por mudanças estruturais e funcionais associadas à interação permanente da pessoa com o contexto social e cultural. “A pessoa em desenvolvimento vive reorganizações

estruturais que, por sua vez, reestruturaram as relações pessoa-mundo e pessoa-pessoa, conduzindo a novas reorganizações subjetivas e sociais” (YOKOY DE SOUZA; BRANCO; LOPES DE OLIVEIRA, 2008, p. 360).

As conquistas e significativas mudanças ocorridas no Direito da Criança e do Adolescente ocorridas no Brasil não foram ainda suficientes para eliminar o frequente olhar de discriminação em relação aos adolescentes. Este olhar discriminatório se torna mais evidente quando se trata de adolescentes que cometem atos infracionais. A fim de garantir os direitos dos adolescentes em nosso país, torna-se importante discutir os avanços, as conquistas e as saídas criativas no que tange o atendimento ao adolescente que cumpre medidas socioeducativas (RODRIGUES; LOPES DE OLIVEIRA; YOKOY DE SOUZA, 2014a).

Nesse sentido, Albuquerque (2015, p. 20) assevera que “a história das políticas destinadas à infância e à adolescência desvalida mostra que, em sua essência, elas buscavam o controle social da população pobre, vista como perigosa e não a educação emancipatória dessa classe social”. A educação dessa camada da sociedade era vista como uma “estratégia de adaptação e encaminhamento precoce da criança/adolescente pobre para determinados espaços na divisão social do trabalho”.

Historicamente, as leis que foram formuladas para a suposta “proteção” dessas crianças e adolescentes eram duplamente danosas. Imputavam o estigma de “menor” para as crianças que tinham famílias ausentes ou que não possuíam condições econômicas para se sustentar e consideravam como “crianças” as que as famílias tinham um comportamento social legalmente aceito. O tratamento dado aos que eram rotulados como “menores” possuía um caráter essencialmente punitivo e segregacionista (CAMPOS; CAVALCANTE, 2014).

O Código de Menores foi criado pela primeira vez em 1927 e era destinado para a pessoa que era considerada como “menor”. Possuía um caráter punitivo a serviço da manutenção da ordem hegemônica conservadora. Provocava, ainda, a criminalização da pobreza tendo em vista que as suas sanções eram seletivas e estigmatizantes (ALBUQUERQUE, 2015).

O Código de Menores de 1979, também, não tinha como destinatário todas as crianças e adolescentes do Brasil. A Doutrina da Situação Irregular era destinada, somente, para as crianças e adolescentes que se encontravam em situação irregular, por estarem em estado de necessidade, por seus pais não terem a capacidade econômica de mantê-los, podendo, dessa maneira, ensejar a intervenção do Juizado de Menores. Os menores eram considerados como

objetos da lei por estarem “em estado de patologia social: provado de condições essenciais de subsistência, saúde, instrução obrigatória, vítima de maus tratos, perigo moral, privado de representação ou assistência legal, com desvio de conduta ou autor e infração penal” (SARAIVA, 2013 *apud* ALBUQUERQUE, 2015, p. 40)

Marques (2016) destaca que, em 1988, a partir da Constituição Federal, se fortalece no Brasil a perspectiva da proteção integral das crianças e adolescentes/jovens. A Doutrina da Proteção Integral consiste na garantia dos direitos da criança e do adolescente no que tange o seu desenvolvimento social, sua sobrevivência, sua integridade física, mental e moral. Buscado o rompimento, com a tradição histórico social de criminalização e segregação da população infanto-juvenil, representando uma opção para a inclusão social de adolescentes/jovens que cometem ato infracional.

As conquistas ocorridas, a partir da década de 1990, tais como a Doutrina da Proteção Integral, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram fruto da mobilização dos movimentos sociais, em ação contra-hegemônica, que lutaram para que as políticas públicas criadas para a proteção das crianças e adolescentes/jovens fossem pensadas a partir do contexto no qual estão inseridos. O paradigma da proteção integral evidenciou a importância de se garantir os direitos das crianças e dos adolescentes/ jovens (ALBUQUERQUE, 2015).

A partir da criação do ECA, em 1990, houve uma ruptura com a tradição do “menor” e com a Doutrina da Situação Irregular. A ECA significou, também, uma esperança para diversos grupos da sociedade civil por “um tratamento mais digno às pessoas nessas faixas etárias, notadamente os filhos dos estratos mais pobres da população, que mais demandam a ação social do estado” (CAMPOS; CAVALCANTE, 2014, p. 38). A inclusão social favorece o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes/jovens, por exemplo, com relação à convivência social e ao acesso a políticas públicas como as de: saúde, educação, esporte e cultura e etc. (MACEDO, 1996, *APUD* SANTOS; *ET AL*, 2015).

De acordo com Campos e Cavalcante (2014, p. 39), o ECA reconhece a criança e o adolescente/jovem como sujeito de direito e preconiza a ampla garantia dos seus direitos pessoais e sociais. Os programas de atendimento à infância e adolescência brasileiras deixam de ser isolados e as políticas assistencialistas, há um redirecionamento das atribuições do Estado, da família e da sociedade como pode ser observado no Artigo 4º:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de deixá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990).

O ECA prevê que as crianças e os adolescentes/jovens devem ter acesso aos direitos fundamentais que são inerentes à pessoa humana, visando sua proteção integral, buscando assegurar oportunidades e facilidades que promovam o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social (MDSA, 2016). Partindo desse pressuposto, foi criado o Sistema de Garantias de Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que está pautado em três eixos: o da defesa dos direitos dos adolescentes e jovens; o da promoção dos direitos; e o da defesa e controle dos direitos humanos. Esse Sistema se sustenta e se realiza a partir integração e articulação das diversas instâncias públicas e sociedade civil na promoção, defesa e controle dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. É partir do trabalho em rede que se pode assumir de maneira efetiva o compromisso com a proteção integral das crianças e dos/das adolescentes/jovens. (LEAL; CARMO, 2014b; LEAL; CARMO, 2014c)

Campos e Cavalcante (2014) asseveram que, essa mudança de concepção, que busca assegurar a paz social e preservação dos direitos, modificou a forma de tratamento do adolescente que comete ato infracional. O ECA, ao ter como princípio que crianças e adolescentes/jovens são sujeitos de direito e em estágio peculiar de desenvolvimento, compreende que, as transgressões cometidas não podem ser vistas como crime, mesmo que o adolescente precise ser responsabilizado por todas as consequências do seu ato infracional, sendo impassível a responsabilização penal. Devem ser aplicadas medidas socioeducativas, que têm por objetivo a tentativa da reintegração social e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

De acordo com o ECA:

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato (BRASIL, 1990)

O ECA estabelece que os/as adolescentes/jovens com menos de 18 anos de idade serão responsabilizados/as por seus atos infracionais de três formas distintas: (1) às crianças que cometerem delitos serão aplicadas medidas de proteção, na forma da lei; (2) aos adolescentes/jovens autores atos infracionais serão aplicadas medidas socioeducativas e/ou medidas protetivas; e (3) para os adolescentes/jovens que completarem 18 anos enquanto

estiverem cumprindo a medida socioeducativa de internação, a medida será prolongada, conforme a sentença judicial, até a idade máxima de 21 anos (LEAL; CARMO, 2014a).

Leal e Carmo (2014a, p. 189) asseveram que, a medida socioeducativa é impositiva, pois é imposta coercivamente ao adolescente; é sancionatória, pelo fato de responsabilizar judicialmente o adolescente; é retributiva, tendo em vista que, a sua finalidade é o reestabelecimento da ordem que foi violada; e, tem finalidade pedagógica e educativa, “uma vez que sua execução está condicionada ao desenvolvimento de ações educativas visando à formação da cidadania, possibilitando que os/as adolescentes/jovens redirecionem seus projetos de vida”.

De acordo com o ECA, as medidas socioeducativas são (LEAL; CARMO, 2014a, p. 190-191):

- Advertência (art. 115 do ECA): censura verbal aplicada pela autoridade judicial e reduzida a termo; consiste em uma advertência verbal feita pelo juiz ao adolescente e tem por objetivo alertar o adolescente sobre aos riscos do seu envolvimento em atos infracionais.
- Obrigação de reparar o dano (art. 116 do ECA): a autoridade poderá determinar que o adolescente, quando se verificar a possibilidade, compense o dano ou o prejuízo econômico à vítima de seu ato infracional.
- Prestação de serviço à comunidade (art. 117 do ECA): consiste na realização, pelo adolescente, de tarefas gratuitas e de interesse público, tendo como objetivo a responsabilização pelo ato infracional cometido.
 - As tarefas serão atribuídas de acordo com as aptidões do adolescente, terão jornada máxima de oito horas semanais, não podendo exceder o período de seis meses de duração, podendo ser cumprida aos sábados, domingos e feriados ou dias úteis, de forma que prejudique a frequência do adolescente à escola ou à jornada normal de trabalho.
- Liberdade assistida (art. 118 e 119 do ECA): medida que propõe o acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente por equipes multidisciplinares. Será fixada pelo prazo mínimo de seis meses. Tem por objetivo a oferta de atendimento em diferentes áreas de políticas públicas como saúde, educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização para o adolescente e sua família. Não há restrição de liberdade.
- Inserção em regime de Semiliberdade (art. 120 do ECA): o adolescente fica vinculado a uma unidade socioeducativa especializada possibilitando a realização de atividades externas, por um período que não deve ultrapassar três anos. Nesta medida há a restrição de liberdade. Deve ser garantido ao adolescente a sua escolarização e profissionalização, buscando, sempre que possível, os recursos existentes na comunidade.

- Internação em estabelecimento educacional (art. 121 a 125 do ECA): medida privativa de liberdade, que deverá ser cumprida em um estabelecimento educativo, tem o prazo máximo de três anos. Os direitos à educação, saúde, lazer, esporte, profissionalização, assistência social do adolescente deverão ser respeitados. É uma medida de caráter excepcional. Deve ser reavaliada a cada seis meses pelo juiz. As avaliações do adolescente serão realizadas por uma equipe multidisciplinar, os relatórios deverão ser encaminhados para a autoridade judicial.

A internação provisória em estabelecimento educacional não é considerada uma medida socioeducativa, no entanto, pode ocorrer enquanto o/a adolescente aguarda a decisão da autoridade judicial. O seu prazo máximo é de até 45 dias. É permitido ao/a adolescente receber a visitas dos pais (LEAL; CARMO, 2014a).

As medidas socioeducativas em meio aberto são: Liberdade Assistida (LA) e Prestação de serviço à Comunidade (PSC). As medidas de privação e restrição de liberdade são Inserção em Regime de Semiliberdade e Internação em Estabelecimento Educacional.

Segundo Campos e Cavalcante (2014), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE - foi inicialmente instituído pela Resolução 119/2006 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA – sendo regulamentado em 18 de janeiro de 2012, pela Lei 12.594. Tem por objetivo a ordenação e sistematização do atendimento voltado para o adolescente que pratica ato infracional, já sentenciado ou aguardando a apuração do ato cometido. O CONANDA é também um espaço público para que se possa alcançar uma democracia participativa, a partir da participação de representantes do poder público e da sociedade civil. Contudo, os estudos têm demonstrado fragilidades com relação ao cumprimento da sua função de garantia de ampliação do debate e de decisões. Os Conselhos de direitos têm se caracterizado como espaços contraditórios, “pautados pelas relações de poder, com avanços na concretização da democracia participativa, mas também com limites a serem superados” (CISNE, 2012, *APUD*, CARMO, 2015, P. 96).

O SINASE é uma política social dirigida às três esferas do governo – federal, estadual/distrital e municipal. “Ele representa uma inovação para a administração pública, pois amplia a sua intervenção, colocando a execução de medidas de privação e restrição de liberdade como excepcionais, priorizando os investimentos no desenvolvimento de programas em meio aberto” (LEAL; CARMO, 2014a, p. 188). É importante destacar que o SINASE tem como proposta uma ação de base sociopedagógica, na qual o adolescente deve ser abordado levando em consideração os seus vínculos com a família e com a comunidade, “bem como o conjunto de

causas e efeitos distintos relacionados com o ato infracional praticado” (TEIXEIRA, 2006, *apud* CAMPOS e CAVALCANTE, 2014, p. 43).

O SINASE, ainda, determina que as unidades da federação construam planos decenais de atendimento socioeducativo, em conformidade com o ECA, “prevendo ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e para o esporte” (ALENCAR, 2014, p. 53). Esses planos deverão passar por avaliações periódicas, não podendo ultrapassar intervalos maiores que três anos.

De acordo com a lei do SINASE (BRASIL, 2012), os órgãos da administração pública que fazem parte do Poder Executivo Federal são os responsáveis pela coordenação geral da política social da socioeducação; o programas de medidas socioeducativas de privação de liberdade, semiliberdade e internação devem ser executados pela administração pública estadual ou distrital; já os programas das medidas socioeducativas em meio aberto estão sob a responsabilidade da administração pública dos municípios. O Distrito Federal, por ser uma unidade da federação que acumula as competências de estado e município, executa todos os programas de medidas socioeducativas (CARMO, 2015). Em janeiro de 2019, com a mudança de governo local, a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal passou a integrar a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, no formato de Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS).

De acordo com Leal e Carmo (2014c, p.211), o princípio fundamental e norteador de todo o sistema socioeducativo é o da incompletude institucional. Este princípio tem por característica a utilização máxima de serviços na comunidade “responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes/ jovens”.

1.2. As Diretrizes Pedagógicas Das Medidas Socioeducativas

O termo Socioeducação, de acordo com Bisinoto *et al* (2015), surgiu no Brasil a partir das similaridades com a educação social desenvolvida pelo pedagogo ucraniano Makarenko com adolescentes/jovens abandonados, infratores ou privados de liberdade. A educação social tem a intenção de formar sujeitos críticos, a partir do desenvolvimento de práticas educativas que fortaleçam a autonomia e o senso crítico do estudante; esses sujeitos são chamados a superar as situações de exclusão (MARQUES, 2016).

O processo de formação e desenvolvimento humano é um fenômeno social. As formas por meio das quais o adolescente vê o mundo, pensa, sente e age têm origem na interação ativa e (re)criadora com seu meio social. “É essa concepção de ser humano como um ser em relação e em permanente construção por meio das relações que estabelece que traz, inevitavelmente, a indiscutível necessidade de educação, de uma ação intencionada pra a constituição de si e do outro”. Essa concepção de desenvolvimento humano tem importantes impactos na socioeducação, uma vez que está orientada para o desenvolvimento das potencialidades dos adolescentes/jovens atendidos (BISINOTO *et al*, 2015, p. 578).

A Socioeducação, no Brasil, tem por finalidade a preparação do adolescente para o bom convívio social, de modo que ele não viole as regras de convivência sociais. O conceito da Socioeducação busca destacar a importância da inclusão em um processo educativo e da aprendizagem para a convivência social e para o exercício da cidadania (LEAL e CARMO, 2014c)

Os objetivos das medidas socioeducativas estão descritos no artigo 1º, parágrafo da Lei nº 12.594/2012, conhecida como a Lei do SINASE:

- I – a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e
- III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. (BRASIL, 2012).

Araújo *et al* (2015, p. 85) asseveram que as medidas socioeducativas têm uma natureza predominantemente pedagógica. No entanto, não basta que a medida socioeducativa seja burocraticamente cumprida. É preciso que o adolescente/ jovem se sinta acolhido, estimulado, que as relações interpessoais sejam saudáveis e que cada sujeito envolvido no processo socioeducativo e as instituições que executam as medidas socioeducativas cumpram o seu papel em uma rede de garantia de direitos. É necessário que se compreenda o adolescente em suas particularidades e experiências, “considerá-lo em si mesmo e não em relação às normas e padrões que tenha, porventura, transgredido”.

Faz-se importante destacar que o processo educacional é o foco central das medidas socioeducativas. No entanto, muitos são os desafios encontrados no desenvolvimento de mediações que:

a) rompam o ciclo de criminalidade e violência que envolvem o cotidiano desses adolescentes; b) permitam a construção de um projeto de vida futura pautado em princípios morais essenciais à manutenção da vida, da boa convivência e do processo de aprendizagem e desenvolvimento (MACEDO, 1996) e c) ressigniquem o ato infracional, favorecendo uma nova configuração identitária em que posicionamentos preponderantes estejam ligados à boa convivência com os outros e consigo mesmo (OLIVEIRA e CAIXETA, 2015, p. 225).

Sendo assim, os programas socioeducativos que serão implementados, tanto no meio aberto quanto no meio fechado, devem ser criados e executados tendo como base projetos pedagógicos consistentes, que busquem a ressignificação da trajetória infracional do adolescente. A medida de internação não pode ser vista, somente, como uma privação de liberdade; a liberdade assistida, como um simples monitoramento da vida escolar, familiar e comunitária do jovem a partir das conversas periódicas com a equipe de atendimento; a prestação de serviço à comunidade não deve ser encarada, somente, como o encaminhamento do adolescente ao trabalho com a fiscalização do cumprimento da medida (OLIVEIRA, 2015).

Entre as diretrizes do SINASE podemos destacar (MDSA, 2016, p.34):

- I.a socioeducação dever ser vista como uma forma de construção de novos projetos de vida que tenham como base o incentivo ao protagonismo e a autonomia dos adolescentes e das famílias;
- II.a implementação de práticas da justiça restaurativa para a mediação de conflitos;
- III.reconhecer que o processo de escolarização é elemento estruturante do sistema socioeducativo;
- IV.assegurar a oferta e o acesso à profissionalização, às atividades esportivas, de lazer e de cultura tanto para os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado como na articulação na rede do meio aberto

Oliveira (2015, p. 100) destaca a importância da prática esportiva, da participação cultural e das atividades de lazer na formação e desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes/jovens. O ECA (BRASIL, 1990) garante aos adolescentes/jovens, inclusive os que cumprem medidas de privação de liberdade, o direito à realização de atividades culturais, esportivas e de lazer. A Lei do SINASE (BRASIL, 2012), no artigo 52, versa sobre a importância de que o Plano Individual de Atendimento -PIA funcione como um “instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente” e contenha “a previsão de suas atividades de integração social”.

As Diretrizes para projetos de prevenção à violência entre jovens (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014) destacam a importância do uso de atividades esportivas para a prevenção da violência. O esporte pode auxiliar a redirecionar e

transformar a agressividade que o jovem pode ter, ofertando aos adolescentes/ jovens a perspectiva de disputar competições em um espaço regado, estimulando, assim, a convivência e resolução pacífica dos possíveis conflitos. Esses ambientes oferecem aos jovens espaços de interação sem violência, podendo articular o esporte à formação e ao desenvolvimento do jovem.

De acordo com o ECA, o financiamento do Sistema Socioeducativo deve ser compartilhado entre a União, Estados/Distrito Federal e Municípios. Sendo assim, as três esferas do governo devem comprometer-se com o financiamento e o pleno desenvolvimento das medidas socioeducativas. O SINASE deve ser custeado pelos recursos do orçamento da seguridade social, responsável pela política de proteção da integral dos direitos sociais da população brasileira, além de outras fontes do Fundo da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2006). De acordo com Carmo (2015), há uma distribuição desigual de recursos entre os entes da federação, o que torna mais frágil a mobilização das redes locais nos municípios mais fragilizados e que possuem um menor orçamento. Mas de que maneira o orçamento é utilizado?

Conforme Oliveira (2015), os projetos pedagógicos dos programas socioeducativos necessitam de orçamentos específicos para o desenvolvimento de atividades de esporte, cultura e lazer. Essas atividades poderiam ser aproveitadas como oportunidades da promoção da cultura de paz e formação cidadã. Os projetos devem buscar ofertar atividades culturais diversas como: música, dança, teatro, artes plásticas, cinema, etc., que sejam capazes de atender as expectativas dos diversos grupos de adolescentes/jovens que são atendidos. Quanto às práticas esportivas, poderiam ser ofertadas em diferentes modalidades, com base em um projeto pedagógico bem elaborado.

Vale ressaltar que vários dos adolescentes/ jovens que cumprem medidas socioeducativas têm os seus direitos básicos negados. Seria proveitoso, para eles e toda a sociedade, que as medidas socioeducativas pudessem propor atividades pedagógicas culturais, de lazer e esportivas “permanentes e bem planejadas, de modo a poder contribuir para a efetiva responsabilização e integração social dos adolescentes e jovens a elas submetidas” (OLIVEIRA, 2015).

Considerando o tema investigado neste Trabalho Final de Conclusão de Curso e os nossos objetivos, entendemos que o desenvolvimento de atividades que proporcionem ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativas práticas esportivas, como o futebol,

pode contribuir para a apresentação de novas perspectivas de desenvolvimento, para o fortalecimento dos vínculos sociais e para a ressignificação do ato infracional cometido.

1.3. O perfil dos jovens que cumprem medidas socioeducativas no Brasil

Segundo Lopes de Oliveira (2016), o Brasil possui um quadro social complexo, onde a violência se expressa de diferentes formas, não poupando sequer as crianças e os adolescentes/jovens. Este grupo é vítima quando tem os seus direitos básicos negados e vivenciam relacionamentos abusivos e que não respeitam a sua integridade física e psicológica. Contudo, eventualmente, estas pessoas também podem se tornar autores de ações que representam violência contra outras pessoas, demandando da sociedade e do Estado intervenções que respeitem os seus direitos e que sejam capazes de colaborar para ressignificar a trajetória de desenvolvimento do adolescente redirecionando-o para novas trilhas distantes do conflito com a lei.

A violência raramente é isolada; ela possui uma relação de interdependência com fatores econômicos, políticos, históricos e socioculturais. Tem maior frequência em condições socioinstitucionais e comunitárias que são marcadas pela ausência de acesso aos direitos básicos, pela desassistência e pela vulnerabilidade. A violência juvenil, praticada por sujeitos com menos de 18 anos, é marcada pela situação de vulnerabilidade e risco social, a qual muitos jovens e adolescentes/jovens estão expostos. A sociedade brasileira possui uma das piores distribuições de renda e tem por característica histórica a presença de dispositivos que reproduzem a exclusão e desigualdade social. A criminalização atribui a certos grupos (etários, culturais, étnicos, de gênero, etc.) a causalidade e responsabilização em relação à violência, podendo, assim eleger, antecipadamente, adolescentes e jovens como os responsáveis pela problemática da violência, punindo-os por antecipação (LOPES DE OLIVEIRA, 2016).

De acordo com o Atlas da Violência de 2018, em 2016, houve 62.517 homicídios no Brasil. Um dado emblemático apontado por esta pesquisa diz respeito à taxa de homicídios da juventude masculina, que corresponde a 56,5% da causa das mortes entre os homens de 15 a 19 anos. Ainda de acordo com os dados da pesquisa, há uma desigualdade das mortes violentas no país por raça/cor: enquanto nos últimos dez anos a taxa de homicídios da população de indivíduos

não negros diminuiu 6,8%, a taxa de vitimização da população negra apresentou um aumento de 23,1% (IPEA; FBSP 2018).

De acordo com a pesquisa realizada no sistema socioeducativo brasileiro, pelo Ministério do Desenvolvimento Humano, em 2016, os dados indicam um número total de 26.450 adolescentes e jovens incluídos no sistema socioeducativo. A maioria dos adolescentes/jovens (57%), em atendimento socioeducativo, voltados à restrição e privação de liberdade, está na faixa etária entre 16 e 17 anos, seguida pela faixa etária de 18 a 21 anos (23%) (MDH, 2016). Em relação ao gênero, cerca de 96%, dos adolescentes e jovens no sistema socioeducativo são do sexo masculino. As informações com relação à raça/cor indicam que 59,08% dos adolescentes foram considerados de cor parda/preta, 22,49% de cor branca, 0,91% de cor amarela, 0,98 % da raça indígena. Com relação aos atos infracionais cometidos: 46% foram registrados como atos análogos ao roubo e 22 % análogos ao tráfico de drogas. Os atos cometidos contra a pessoa representam 11% do total cometido (MDH, 2016).

Segundo Valença *et al* (2014), ao fazer a análise dos números sobre a prática de atos infracionais no Brasil, verifica-se que, dentre os 25 milhões de brasileiros que têm entre 12 e 18 anos, somente 0,2% (cerca de mais 39 mil adolescentes) estava no Sistema Socioeducativo. Os dados apontam que menos de 1% dos crimes de latrocínio e homicídio no Brasil foram cometidos por adolescentes/ jovens. Sendo assim, é necessário desmistificar a ideia de criminalização da juventude pobre brasileira.

De acordo com Alves (2010, p. 29), faz-se importante destacar que “não são apenas os adolescentes pobres, negros, moradores de aglomerados que cometem atos infracionais, entretanto, [...], a maioria absoluta dos adolescentes que estão cumprindo algum tipo de medida socioeducativa apresenta esse perfil”. É necessário conhecer a realidade do adolescente, não negar a sua história de vida, compreender que o sujeito autor de ato infracional em sua maioria tem seus direitos sociais e as suas necessidades básicas negadas. Possui uma história marcada pela exclusão e marginalização.

Destaca-se que, geralmente, é veiculado na mídia de massa que os adolescentes/jovens são violentos e que as medidas socioeducativas favorecem a impunidade, que deve-se agir sobre o agente causador, no caso o adolescente, para que se possa extirpar a violência e, sendo assim, ele deveria ser confinado em um lugar onde não possamos vê-los (NETA; *ET AL*, 2015). Acreditamos que a criminalização da juventude e a internação massiva de

jovens não são solução para o problema da violência urbana, tendo em vista que não levam em consideração os diversos fatores que contribuíram para que um adolescente cometa ato infracional e que a juventude tem sido a maior vítima da violência no Brasil (NETA; *ET AL*, 2015; FERNADES DE SOUZA E ALVES DE SOUZA, 2018).

1.4. O adolescente em contexto infracional no Distrito Federal

A partir de 1957, com a criação de Brasília, foi grande o fluxo migratório, especialmente de pessoas vindas da região nordeste do país, que chegaram para trabalhar na construção da nova capital do país. Naquela época, acreditava-se que, após a construção da cidade, a população migrante voltaria para os seus estados ou seria aproveitada em atividades agrícolas que eram desenvolvidas nos arredores de Brasília. No entanto, a pobreza e os problemas relacionados à segurança, moradia, saúde, educação e alimentação aumentaram, dando início, então, ao processo de remoção dos acampamentos que ficavam próximos à tão sonhada e planejada capital, criando cidades satélites como Núcleo Bandeirante, Gama e Ceilândia (ALBUQUERQUE, 2015).

Albuquerque (2015) assevera que, com a remoção dos moradores para a periferia de Brasília, houve uma ruptura social e econômica entre o Plano Piloto e as Regiões Administrativas. Os índices de violência, tráfico, prostituição, dentre outros, aumentaram. Criou-se, assim, um espaço marginal e segregado com vários problemas sociais que atingiram por consequência as crianças e adolescentes/ jovens do Distrito Federal.

É importante destacar que, quando se fala de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, é necessário estar atento às histórias de vida de cada um. “A adolescência e a juventude se constituem de modo diferente para cada adolescente e jovem, de acordo como contexto de desenvolvimento, a classe social, o gênero, a raça, as configurações familiares, os espaços geográficos e a cultura” (CAMPOS; PAIVA, 2018, p. 40).

Os dados do Anuário do Atendimento Socioeducativo Inicial no Núcleo de Atendimento Integrado - NAI/UAI-DF 2017, apontam que no ano de 2107 foram registradas 5.923 entradas no NAI/UAI; destas, 3.8348 são por motivo de flagrante e 2.075 por motivo de Mandado de Busca e Apreensão. Ainda de acordo com os dados deste anuário, as características gerais dos adolescentes/ jovens em situação de flagrante no DF são que 94% das entradas são

adolescentes/jovens do gênero masculino; com relação à idade, 85% dos adolescentes/jovens estão entre 15 e 17 anos de idade; com relação aos atos infracionais cometidos, os mais comuns estão ligados ao roubo e tráfico de drogas. Os crimes contra a vida, somados, correspondem a apenas 2% dos atos infracionais que os adolescentes do DF foram acusados (SECRIANÇA-DF, 2018).

Com relação à escolaridade, os dados do NAI/UAI apontam que 74% dos adolescentes/ jovens que passaram pelo atendimento inicial tinham escolaridade entre o 6º ano e o 9º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa, também, apontou os dados das decisões judiciais tomadas ao longo de 2017: 2057 adolescentes/ jovens receberam a aplicação de internação provisória; 1105 foram liberados; e 667 tiveram à inserção em medidas socioeducativas em meio aberto (SECRIANÇA-DF, 2018).

De acordo com os dados da pesquisa sobre o perfil e a percepção social dos adolescentes/ jovens em medida socioeducativa no Distrito Federal, realizada Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), divulgada em dezembro de 2013, pode-se observar que a maioria dos adolescentes/jovens que cumpriam medidas socioeducativas, à época, eram adolescentes/jovens pobres e extremamente pobres, pretos e pardos, tinham entre 16 e 18 anos, do sexo masculino. Esta pesquisa analisou, ainda, o interesse dos adolescentes/ jovens por atividades físicas, de lazer e cultura. Os dados revelaram que futebol, natação, academia/musculação/ginástica e ciclismo são as atividades de maior interesse deste grupo. O futebol, quando bem orientado, é uma atividade fácil de ser ofertada e pode trazer benefícios quanto à ocupação, aprendizagem e socialização. Ainda no que tange às atividades físicas, foram verificadas quais são as dificuldades dos adolescentes/ jovens para essa prática. Em todas as medidas, houve um elevado percentual de adolescentes/ jovens que afirmaram não haver dificuldades. No entanto, com relação aos adolescentes/ jovens que cumprem medidas de internação, a própria medida constitui uma dificuldade. A falta de interesse, por parte do adolescente/jovem também foi apontada como dificuldade para a prática esportiva (CODEPLAN, 2013).

Cerca de 18,2% dos adolescentes/jovens em cumprimento de PSC e 24,2% de adolescentes/jovens em cumprimento de LA apontaram como fatores que dificultam a prática esportiva problemas relacionados à saúde (ex: asma, bala alojada, ferimentos em geral), e a falta de tempo, já que muitos desses jovens têm que trabalhar (CODEPLAN, 2013). Quando os

adolescentes/jovens foram perguntados sobre o seu acesso a atividades de lazer e cultura, alguns deles não compreendiam o significado dos termos “lazer” e “cultura”. Foi necessário que os pesquisadores dessem exemplos dessas práticas, para que os adolescentes/jovens pudessem compreender estes itens, o que demonstra o quanto essas atividades estão distantes das suas realidades (CODEPLAN, 2013).

Mendes (2018) assevera que a vulnerabilidade social enfrentada pelos adolescentes/jovens moradores das regiões periféricas os mantém marginalizados de opções de lazer, cultura e esporte, por estas estarem cada vez mais ligadas a bens econômicos associados ao consumo. Mesmo que os eventos de lazer, cultura e/ou esporte sejam gratuitos, a dificuldade de deslocamento acaba afastando essa camada da população desses espaços, tendo em vista que a maioria dos eventos se encontra nas regiões centrais da cidade. A relação de não pertencimento a esses espaços também é apontada pela autora como um fator que afasta o adolescente/jovens desses espaços.

Por fim, a pesquisa realizada pela CODEPLAN (2013) aponta que estes são jovens com sonhos, que consideram terminar o ensino médio como um grande desafio e, mesmo que a frequência à escola seja obrigatória, muitos se veem distantes dessa meta. Os adolescentes/jovens entrevistados nesta pesquisa se mostram empolgados em diversas áreas em que podem se capacitar e trabalhar. Muitos deles têm o desejo de fazer algum curso de nível superior. Consideramos necessária uma maior organização das políticas públicas para que estas possam propiciar a esses jovens oportunidades para a realização dessas metas e sonhos (CODEPLAN, 2013).

1.5. A realidade dos programas de atendimento socioeducativo em Meio Aberto no Distrito Federal diante das diretrizes e legislações

O Distrito Federal, como unidade da federação que acumula as competências de Estado e Município, tem como responsável pela execução das medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade (PSC), liberdade assistida (LA), semiliberdade e internação, a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania mais especificamente a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS). É de responsabilidade da Vara de Execução Medidas Socioeducativas “acompanhar e avaliar, constantemente, o resultado da execução das medidas, inspecionar os

estabelecimentos, e os órgãos encarregados do cumprimento das medidas socioeducativas e promover ações para o aprimoramento do sistema de execução dessas medidas” (MARQUES, 2016, p. 19).

A noção de socioeducação que foi implementada pelo ECA, através das medidas socioeducativas, deixou uma lacuna quanto a como poderiam ser feitas intervenções com sentido e que pudessem promover o desenvolvimento dos adolescentes. Essa lacuna conceitual e teórica acaba dificultando o exercício da função profissional, deixando margem para a manutenção de práticas socioeducativas meramente punitivas, baseadas em crenças pessoais. Outro desdobramento dessa lacuna é a redução do atendimento socioeducativo a atividades técnico-burocráticas em atenção as demandas do sistema judiciário. Faz-se necessário a elaboração de estudos que fundamentem a socioeducação e que possam promover práticas que, de fato, promovam o desenvolvimento dos adolescentes/jovens (BISINOTO, *et al*, 2015).

Albuquerque (2015) assevera que, ao longo da história da sociedade brasileira, os adolescentes/ jovens pobres foram frequentemente privados da educação formal e encaminhados prematuramente para o trabalho e cumprimento de funções com pouco prestígio social. Apesar dos importantes avanços trazidos com o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente, nossa sociedade pouco reconhece o adolescente/ jovem como sujeito de direito e prevalecem ações punitivas e repressivas direcionadas a esta população. A concepção menorista, ainda existente no sistema socioeducativo, atua em favor da “reprodução da ordem social vigente por meio de um modelo repressivo, e prisional, em que as possibilidades de desenvolvimento e emancipação são pífias” (p.134). Entendemos que o período de vigência do Código dos Menores gerou uma forte carga simbólica no termo “menor”, que ainda é muito usado nos dias de hoje no senso comum, no discurso da grande mídia e no dia a dia das instituições sociais de maneira pejorativa e com o intuito de reforçar estereótipos (RODRIGUES; LOPES DE OLIVEIRA; YOKOY DE SOUZA, 2014a).

Segundo Carmo (2015), o empobrecimento da classe trabalhadora brasileira vem se perpetuando desde o término da economia baseada no trabalho escravizado e início da república, com a implementação da economia de mercado. As mazelas sociais características do sistema de produção capitalista têm se feito presentes nos diversos períodos histórico brasileiros, fundamentadas no ideário liberal e na teórica positivista que têm oferecido a “a justificacão-científica para a instituição de uma lógica predatória e limitadora de direitos” (p.45).

Novas possibilidades e caminhos para a reorientação de valores, condutas e relações estabelecidas pelos adolescentes com o mundo devem ser traçados a partir das disposições legais vigentes. Nesse processo, é importante contar com a integração de diversos profissionais que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos, buscando-se, dessa forma, a superação da lógica assistencialista e meramente punitiva que marca historicamente a assistência a crianças e adolescentes em nosso país (FERNANDES DE SOUZA, 2014).

Em 2016, foi publicado o I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal (PDASE), que tem por objetivos: a proteção integral do/a adolescente, reconhecendo-o/a como sujeito de direito; dar ao atendimento socioeducativo o caráter de política pública; promover a participação intersetorial e social nas tomadas de decisões; superar a gestão monocrática, construindo um modelo de gestão democrática; e superar o olhar apenas de responsabilização do atendimento para a adoção de um olhar educativo (SECRIANÇA, 2016). O PDASE diz respeito às políticas públicas de proteção integral à criança e ao adolescente e deve ser usado como um instrumento para construção de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que deve ter por pressupostos: “a valorização e formação dos servidores e o prestígio das atividades escolares, culturais, esportivas e laborais, sempre em benefício da criança e do adolescente” (SECRIANÇA, 2016, p. 27.)

No Distrito Federal, há 15 unidades responsáveis pela execução das medidas de PSC e LA. Essas equipes são vinculadas à Coordenação de Atendimento em Meio Aberto (COORDEMA), que é uma das coordenações da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. As Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) estão localizadas em Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião e Sobradinho e Taguatinga. Assim que os adolescentes/jovens são encaminhados para a UAMA, a equipe realiza o primeiro atendimento, na qual são identificadas as demandas existentes. Após o acolhimento, há reuniões para a elaboração do Plano Individual de Atendimento do Adolescente (PIA), que contém objetivos e metas a serem desenvolvidas durante o cumprimento da medida socioeducativa (SECRIANÇA, 2016).

Faz-se importante destacar que o princípio da incompletude institucional deve nortear e organizar os serviços de atendimento das medidas socioeducativas, tanto em meio aberto quanto em meio fechado. Esse atendimento deve extrapolar as competências de um único agente

institucional. Sendo assim, as relações interinstitucionais são de extrema importância para que o atendimento ofertado garanta a responsabilização, o acesso à educação e a proteção integral dos adolescentes /jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (MDSA, 2016).

De acordo com Carmo (2015), as práticas profissionais do sistema socioeducativo possuem um aspecto educativo. No entanto, existem mensagens contraditórias, uma vez que, ao mesmo tempo em que se assume o compromisso de respeito aos direitos humanos dos adolescentes/ jovens que cometem ato infracional, ainda se mantém estruturas de atendimento que os aprisionam. Sendo assim, “as práticas profissionais podem representar uma corrente de pensamento conservadora ou crítica, ou as duas simultaneamente; enfim, a perspectiva educativa poderá assumir formas puras ou entrecortadas por concepções opostas” (p. 91). A autora ainda destaca que, atualmente percebe-se um novo menorismo, que se caracteriza pela “reprodução de práticas de desumanização de pessoas legalmente reconhecidas como detentoras de direitos” (p. 91).

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (MDSA, 2016), devem ser garantidas algumas seguranças aos adolescentes/ jovens atendidos pelo Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, como: a segurança de acolhida; a segurança de convivência familiar e comunitária; e a segurança e desenvolvimento individual, familiar e social. A segurança de acolhida busca garantir condições de dignidade em um ambiente que seja favorável ao diálogo, garantindo que os estereótipos, que são socialmente disseminados, não interfiram na acolhida. A segurança de convivência familiar e comunitária se articula a ações que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários e o acesso aos serviços socioassistenciais e encaminhamentos, de acordo com as necessidades do adolescente. A segurança e desenvolvimento individual, familiar e social visa promover o acesso a oportunidades que possam estimular o adolescente a construir ou reconstruir projetos de vida, que estimulem o desenvolvimento de suas potencialidades, o acesso à informações sobre os seus direitos sociais, civis e políticos e como usufruí-los (MDSA, 2016).

O Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto da Secretaria Nacional de Assistência Social (MDSA, 2016) destaca a importância da elaboração do diagnóstico socioeducativo, que deve ir além dos dados quantitativos, contemplando também os aspectos qualitativos que proporcionam uma análise mais detalhada e profunda do contexto social. O caderno aponta que, podem ser realizados: estudos de caso;

observação participante; pesquisa documental; grupo focal; entre outras técnicas. Esses dados coletados e sistematizados podem ser utilizados para subsidiar a elaboração de um planejamento de ações para o melhor atendimento dos adolescentes/ jovens e suas famílias.

1.6. O atendimento Socioeducativo ofertado pela Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá

De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio, realizada pela CODEPLAN no ano 2018, a Região Administrativa do Paranoá – RA VII, faz parte da Unidade de Planejamento Territorial Leste (UPT Leste). A ocupação dessa região teve início antes da construção de Brasília, em janeiro de 1957, quando os primeiros trabalhadores vieram para a construção da Barragem do Paranoá, dando origem a Vila do Paranoá (CODEPLAN, 2018, p. 9).

Após a inauguração de Brasília, os pioneiros permaneceram na região, para finalizarem a construção usina hidrelétrica. À época, a região contava com cerca de 3 mil moradores, em 800 barracos que estavam construídos ao norte da Barragem. Em 1980, a Vila do Paranoá já tinha 25 mil habitantes (CODEPLAN, 2018).

Em 10 de dezembro de 1964, foi criada a Região Administrativa do Paranoá – RA VII. Em 1988, o Decreto nº 11.208/88 permitiu a fixação da Vila do Paranoá, entretanto a sua localização teve que ser alterada, para que pudesse ser feita a execução das redes de esgotamento sanitário e drenagem pluvial. A área do acampamento foi transformada em um parque ecológico, denominado Parque Vivencial do Paranoá (CODEPLAN, 2018).

A Região do Paranoá é considerada ainda hoje como periferia do Distrito Federal. Desde o século XX, com as mudanças econômicas e novos padrões migratórios, mais pessoas se mudaram para as cidades à procura de melhores condições de vida. Esse crescimento foi marcado pela migração das camadas mais populares de trabalhadores para as regiões mais afastadas das cidades, áreas com pouca infraestrutura e pouco investimento público. Os investimentos públicos se concentravam nas áreas centrais das cidades, tornando-as cada vez mais ricas e bem estruturadas, enquanto as áreas periféricas cresciam de forma desordenada e sem investimentos públicos adequados (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2010).

Segundo o PDAD, em 2018, a população do Paranoá era de 66.138, sendo 52,1% do sexo feminino. O arranjo monoparental (feminino) foi observado em 25,7% dos domicílios.

Verificou-se, ainda, que, com relação à cor/raça, a resposta mais comum foi parda, cerca de 53,2% dos moradores. Com relação à renda domiciliar bruta, 55,6 % dos moradores do Paranoá respondeu receber de 1 a 2 salários mínimos. Outro dado importante da pesquisa é de que 84,1% dos entrevistados responderam que havia quadras esportivas na proximidade de suas casas (CODEPLAN, 2018).

Ressalta-se que as contradições existentes entre o centro e a periferia não devem ser usadas para rotular e reforçar a diferença entre essas áreas, ainda que historicamente esse modelo de urbanização tenha sido permeado por essa distinção. A periferia se fortalece a cada dia e produz riquezas econômicas, sociais e culturais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2010).

Em dezembro de 2018, a UAMA do Paranoá produziu um Relatório de Gestão, com a intenção extrapolar o modelo de relatório e se configurar em um relatório de experiências. De acordo com o Relatório, é a responsável pela execução das medidas em meio aberto de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) (UAMA DO PARANOÁ, 2018a). Atualmente, a UAMA está vinculada a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Governo do Distrito Federal. A UAMA do Paranoá foi criada em 2011, por força do Decreto nº 33.156, de 25 de agosto de 2011. Com esse Decreto, as medidas em Meio Aberto passaram a ter uma gestão local, fortalecendo, dessa forma, as medidas socioeducativas em meio aberto no Distrito Federal. A UAMA do Paranoá atende aos adolescentes/jovens do Paranoá, Itapoã, Paranoá Parque e áreas rurais do Paranoá (UAMA DO PARANOÁ, 2018a).

Em 2017, a UAMA do Paranoá foi transferida de uma sala do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) para um imóvel cedido pela Administração Regional do Paranoá, oferecendo, assim, um espaço mais adequado para a realização do trabalho. Conquistou-se assim, em termos de tamanho, uma estrutura física mais adequada, serviços de limpeza e vigilância do patrimônio; veículo exclusivo da Unidade para a realização dos serviços administrativos e visitas domiciliares; equipe em quantitativo adequado à demanda de adolescentes/ jovens vinculados e uma menor rotatividade dos servidores (UAMA DO PARANOÁ, 2018a).

De acordo com o Relatório da Unidade, esta UAMA do Paranoá é conhecida por sua proposta de trabalho baseada em atividades coletivas e projetos diversificados, em uma proposta de *reinvenção do atendimento socioeducativo*. Para que isto aconteça, a equipe de trabalho deve

ter concepções claras sobre o atendimento socioeducativo em meio aberto. A partir dessa concepção, esta UAMA pretende “desenvolver uma metodologia de ação socioeducativa que favoreça a promoção de desenvolvimento de potencialidades humanas, autonomia e emancipação dos jovens participantes” (UAMA DO PARANOÁ, 2018a, p. 4, grifo do autor).

Fernandes de Souza (2014) assevera que as medidas socioeducativas apresentadas pelo ECA possuem um caráter educativo e que a busca de novos percursos possíveis para que o adolescente possa reorientar o seus valores, condutas e maneiras de ser e estar no mundo deve estar vinculada às transformações individuais que são pretendidas e às relações socioculturais envolvidas. Estes novos percursos devem ser configurados a partir das legislações vigentes e na integração entre as diferentes instâncias e profissionais que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos.

Os objetivos da ação socioeducativa consistem na mediação dos processos “de conscientização que favoreçam a construção de um projeto de vida baseado em princípios éticos de cidadania, focando na garantia de seus direitos e na superação dos fatores de risco que possam contribuir para a repetição de condutas reprováveis” (UAMA DO PARANOÁ, 2018a, p. 4). Para que esses objetivos sejam alcançados, é preciso que haja uma constante (re)criação das metodologias de atendimento, buscando um posicionamento ativo da equipe de trabalho e que não se acomode com os resultados não esperados, mas que se coloque em constante experimentação de novos processos de trabalho.

O trabalho desenvolvido pela equipe socioeducativa deve estar focado na criação de condições que possam favorecer a participação ativa dos adolescentes/ jovens no desenvolvimento de espaços de aprendizagens coletivas. Para chegar ao modelo atual de gestão, foram realizadas algumas oficinas internas, para que a equipe da UAMA do Paranoá pudesse refletir acerca de uma metodologia de trabalho que fosse satisfatória e adequada. Para tanto, foram acordadas algumas questões que seriam utilizadas para o balizamento do programa de atendimento socioeducativo. As atividades coletivas que trazem elementos lúdicos, culturais e /ou esportivos seriam priorizadas na construção da metodologia; o adolescente teria como referência uma equipe de atendimento, não se limitando a um especialista; tornar o cumprimento e a avaliação da medida de Liberdade Assistida claros e objetivos e, por fim, dar mais atenção à medida de PSC (UAMA DO PARANOÁ, 2018a).

A ação socioeducativa deve partir do princípio de que o desenvolvimento humano se dá de forma integral, contemplando todas as dimensões do ser. Deve procurar desenvolver práticas voltadas para o coletivo, no coletivo e com o coletivo, desenvolvendo, assim, um projeto social compartilhado, no qual vários atores e instituições atuam na busca do desenvolvimento da identidade pessoal, cultural e social de cada um dos indivíduos envolvidos nesse processo. Para tanto, deve buscar desenvolver ações focadas no que o adolescente é, sente, pensa, sabe, faz, tem. Tendo uma abordagem que não incapacita o adolescente, mas que tente, com ele, desenvolver e pensar em novos processos de desenvolvimento (FERNANDES DE SOUZA, 2014).

O Relatório de Gestão da UAMA do Paranoá (2018) destaca que o trabalho em equipe é um constante desafio, mas que este pode ser superado a partir do esforço e envolvimento de todos. Para tanto, os profissionais devem ter clareza das concepções compartilhadas; definição dos objetivos em comum; fluxo de informações direto e acessível; compromisso com as decisões coletivas e responsabilidades compartilhadas. Para a organização das tarefas em equipe, a UAMA do Paranoá se organiza em duas dimensões: o acompanhamento dos adolescentes/jovens e a coordenação e ocupação dos projetos (UAMA DO PARANOÁ, 2018a).

As equipes de trabalho devem ter como base a multidisciplinaridade em sua composição e serem formadas por especialistas e agentes socioeducativos. A proporção de adolescentes/ jovens por equipe é baseada na Lei do SINASE, que diz que cada orientador socioeducativo deve ser referência para até 20 adolescentes/jovens simultaneamente. Cada um dos projetos oferecidos pela Unidade tem dois ou três servidores de referência (UAMA DO PARANOÁ, 2018a).

A proposta de atividades oferecidas pela UAMA do Paranoá em cada uma das medidas em meio aberto é dividida em três fases. No Programa de Liberdade Assistida (LA), a fase inicial consiste em: acolhimento multifamiliar coletivo, oficina de preparação do PIA, atendimento individual e elaboração do PIA. O desenvolvimento desta medida socioeducativa se refere à participação semanal do adolescente em um dos projetos ofertados pela UAMA do Paranoá ou instituições parceiras. A conclusão e o desligamento do atendimento socioeducativo de LA ofertado consiste na realização de atendimento individual e/ou familiar para a apresentação do relatório avaliativo e o/a adolescente fica sendo acompanhado/a até que seja proferida a sentença de desvinculação da medida socioeducativa pela Justiça (UAMA DO PARANOÁ, 2018a).

O Programa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) prevê uma fase inicial, em que há o acolhimento multifamiliar coletivo, oficina de preparação do PIA e atendimento individual e encaminhamento para as atividades de PSC. O desenvolvimento desta medida socioeducativa consiste na realização de atividades no âmbito de instituições conveniadas ou na participação de projeto de execução direta ofertado pela própria UAMA. Para fins de conclusão e desligamento do atendimento socioeducativo de PSC, com a finalização das atividades, é elaborado um relatório e o jovem é comunicado assim que é proferida a sentença judicial de desvinculação da medida (UAMA DO PARANOÁ, 2018a).

Destaca-se, ainda, que a Instrução Normativa nº 01, de 24 de outubro de 2016, prevê a execução direta da medida socioeducativa de PSC por meio de atividades, construídas pelas equipes das UAMAs. As atividades propostas pelas equipes deverão constar em um Plano de Atividades, de acordo com o modelo previsto pela Instrução Normativa, e deverão conter os seguintes dados: nome do orientador, cargo ou função que exerce na Secretaria, título do projeto, dias e horários de execução das atividades, objetivos a serem alcançados e descrição das atividades que serão desempenhadas pelos socioeducandos. O Plano de atividades deverá ser encaminhado e aprovado pela Coordenação de Meio Aberto.

Os projetos ofertados pela UAMA do Paranoá podem variar, de acordo com as parcerias ou disponibilidade da equipe em momentos específicos. Alguns projetos que foram realizados pela Unidade no período de agosto de 2017 a dezembro de 2018 são: atividades coletivas para a fase inicial; acolhimento coletivo; e oficina de “Projeto de Vida: dando sentido ao PIA”. Já os projetos contínuos da UAMA do Paranoá são: “Futebol das Quebradas”, “Semear: horta orgânica”, “Guerreiros da Periferia”, Grupo de Familiares (temporariamente suspenso) e o Cine UAMA (temporariamente suspenso). Também foram ofertados projetos temporários, como: a Oficina de Audiovisual e a Oficina de Revitalização na Fundação Nacional das Artes – FUNARTE (UAMA DO PARANOÁ, 2018a).

Segundo Lopes de Oliveira, *et al* (2018, p. 87), o atendimento socioeducativo deve proporcionar aos adolescentes/jovens atendidos experiências que favoreçam o seu afastamento da atividade infracional, “fortalecendo os laços familiares, a participação social comunitária e a própria identidade dos adolescentes e jovens”. Faz parte de uma política pública intersetorial de grande complexidade, que demanda o trabalho de diversos atores na promoção dos processos de responsabilização e desenvolvimento integral dos adolescentes/jovens atendidos. Arraes e

Presotti (2018) destacam que a falta de articulação e das políticas da coordenação das unidades de meio aberto para assegurar às UAMAs recursos materiais e humanos dificultam o atendimento socioeducativo e demandam das equipes estratégias internas para que os projetos possam desenvolvidos. Dificuldades, como a falta de lanche para o público atendido e a falta de equipamentos para o desenvolvimento das atividades, podem dificultar a oferta de programas inovadores de atendimento socioeducativo.

De acordo com Duarte e Fernandes de Souza (2014), o trabalho em grupo, a partir da metodologia da oferta de projetos, pode se configurar como uma excelente opção para o trabalho socioeducativo. A convivência grupal que assegure o diálogo, o compartilhamento de atividades e o trabalho em equipe tendem a garantir o respeito aos interesses coletivos. Esse modelo de trabalho apoia a troca de experiências através do estímulo a uma convivência dialógica.

Esta pesquisa pretende analisar de que forma o Projeto “Futebol das Quebradas”, ofertado pela UAMA do Paranoá tem contribuído para o desenvolvimento dos adolescentes/jovens participantes e quais são as suas significações para os participantes. Apresentamos o Projeto na próxima seção.

1.7. O Projeto “Futebol das Quebradas”

O Projeto “Futebol das Quebradas” é um dos projetos permanentes ofertados pela UAMA do Paranoá. Trata-se de uma atividade desportiva recreativa que busca novas formas de acompanhamento, expressão subjetiva e interação entre os adolescentes/jovens e a equipe de atendimento socioeducativo. Desde 2015, a UAMA do Paranoá tem buscado o desenvolvimento de atividades coletivas como forma de ampliar e diversificar as formas possíveis de acompanhamento e cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto (UAMA DO PARANOÁ, 2018b).

Foi constado que a maioria dos adolescentes/jovens vinculados à Unidade é do sexo masculino e pratica regularmente atividades desportivas e recreativas nas quadras existentes na região do Paranoá, Itapoã e Paranoá Parque; alguns frequentam escolinhas e equipes locais que envolvem a modalidade futebol. A partir desse entendimento, buscou-se ampliar a oferta de atividades coletivas que envolvessem recreação e prática desportiva qualificada, com o intuito de aumentar a adesão ao cumprimento das medidas socioeducativas de PSC e LA junto à UAMA. Faz-se importante destacar que o Projeto conta com a participação tanto de adolescentes/ jovens

egressos do sistema socioeducativo quanto de adolescentes/ jovens da comunidade que não estão vinculados ao programa de LA e PSC (UAMA DO PARANOÁ, 2018b).

Muitas vezes, as pessoas deixam de ocupar o espaço público por insegurança. No entanto, consideramos que é preciso garantir a existência de espaços públicos de lazer e convívio nas periferias. Pela própria condição socioeconômica dos moradores dessas áreas, esses espaços públicos, muitas vezes, são a única opção de lazer, acesso à cultura, convivência e prática esportiva. Muitos moradores se veem impedidos de ter acesso a espaços públicos, ora por estes não existirem, ora por estes se encontrarem em completo abandono. Essa situação acaba afetando diretamente os adolescentes/ jovens, já que os espaços de contato com o outro podem promover processos de socialização e de construção de identidade (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2010).

O objetivo geral do Projeto “Futebol das Quebradas” consiste na oferta de um espaço-tempo que seja propício para a realização de atividades socioeducativas qualificadas, mediante a realização

de encontros desportivos/recreativos regulares com os adolescentes e jovens vinculados a esta UAMA DO PARANOÁ, tendo como participantes tanto socioeducandos quanto socioeducadores, contando essas atividades como parte do acompanhamento previsto desses socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa, bem como ofertar vagas no Projeto para demais membros interessados da comunidade (UAMA DO PARANOÁ, 2018b, p. 4).

Para a realização do Projeto, foi firmada uma parceria entre a UAMA e a administração regional do Paranoá, mediante a sua diretoria de esporte, que cede o uso de uma quadra coberta de *futsal* do Paranoá para uso contínuo semanal, no período de 8 horas às 12 horas dos dias de sexta feira. No entanto, essa parceria tem se mostrado frágil, tendo em vista a rotatividade dos administradores regionais e a dificuldade que a equipe da UAMA encontra de sempre ter que explicar a importância do Projeto “Futebol das Quebradas”, cada vez que a gestão é alterada, para que, dessa maneira, a parceria possa ter continuidade. (UAMA DO PARANOÁ, 2018b).

Em 2016, foi feita uma parceria entre a Secretaria da Criança (SECRIANÇA) e os professores do Programa Esporte à Meia Noite, que são coordenados pela Subsecretaria de Segurança Pública e Paz Social do Governo do Distrito Federal, com o intuito de qualificar as atividades do Projeto “Futebol das Quebradas”, oferecendo não apenas um espaço recreativo, mas um espaço-tempo para a prática de futebol, dirigido por profissionais formados em Educação

Física, bem como um território de paz e fraternidade. No entanto, os professores no Esporte à Meia Noite não vêm frequentando o Projeto desde a recente mudança de governo, o que, infelizmente, demonstra a fragilidade do trabalho em rede que deveria permear o atendimento socioeducativo (UAMA DO PARANOÁ, 2018).

De acordo com Mendes (2014), o trabalho em rede é um modelo de atuação e organização de uma estrutura social no qual diferentes atores trabalham para alcançar um objetivo em comum. Para a construção de uma rede de atuação, é necessário o desenvolvimento de parcerias que tenham como base o respeito e a valorização dos participantes, aceitando as diferenças existentes, incluindo e compartilhando conhecimentos, reconhecendo as especificidades de cada um. O trabalho em rede é de grande importância no atendimento socioeducativo, tendo em vista que pode facilitar a articulação da proteção social e garantia dos direitos dos adolescentes/ jovens.

O artigo 86 do ECA estabelece que: “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL, 1990). Também a lei do SINASE, em seu artigo 8º, diz que os Planos de Atendimento Socioeducativo devem, obrigatoriamente, prever articulações intersetoriais nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte. Dessa forma, é necessário que o atendimento socioeducativo desenvolva um trabalho em rede com as diversas instituições que integram o sistema socioeducativo, articulando iniciativas de atuação conjunta que favoreçam o desenvolvimento integral dos adolescentes/ jovens atendidos (MDSA, 2016).

A equipe de referência responsável pelo Projeto “Futebol das Quebradas” é formada por um especialista socioeducativo/psicólogo, uma especialista socioeducativa/assistente social e um assessor técnico da UAMA do Paranoá. Essa composição facilita o desenvolvimento das atividades, tendo em vista a sua multidisciplinariedade, a afinidade dos integrantes pelo futebol e as relações interpessoais estabelecidas a partir do desenvolvimento das atividades com os adolescentes/jovens participantes (UAMA DO PARANOÁ, 2018a)

Para a construção das regras básicas das atividades do Projeto, foram realizadas assembleias e rodas de conversa com os participantes e as seguintes regras foram pactuadas (UAMA DO PARANOÁ, 2018b):

- a) Limitar a 23 o número de participantes por dia de atividade, sendo que 15 vagas são reservadas para os adolescentes/jovens da UAMA e 8 vagas para os demais

participantes da comunidade. Os socioeducadores poderão participar dos *rachas* (jogos sequenciais em que a equipe vencedora permanece jogando) em e treinos, totalizando, dessa forma, 25 participantes por dia de atividade.

b) A cada dia de atividade, será composta uma lista de presença, conforme a ordem de chegada. Os 10 primeiros terão preferência na disputa do primeiro *racha* e, assim, sucessivamente, com uma previsão de 5 equipes compostas por 5 jogadores, por dia de atividade.

c) O adolescente que chegar na quadra após a lista já conter 23 nomes não joga naquele dia.

d) O portão da quadra será fechado às 10h30. Quem chegar após esse horário, não participará da atividade.

e) Se alguém sair da quadra, não poderá mais jogar naquele dia, mesmo se for apenas para fumar um cigarro ou “dar um role”.

f) Todos os participantes do dia que forem novatos deverão preencher uma ficha com os dados: nome completo, nome dos pais, data de nascimento, algum número de identificação pessoal, endereço, como soube da atividade, número de calçado e experiência prévia no futebol.

Para que a juventude possa ter um comportamento proativo e atuante é necessário que os espaços institucionais estimulem a participação dos jovens e o desenvolvimento de valores democráticos. As assembleias e rodas de conversa promovidas no Projeto “Futebol das Quebradas” contribuem para o desenvolvimento da cidadania e da responsabilização (RODRIGUES; LOPES DE OLIVEIRA; YOKOY DE SOUSA, 2014b).

O uso de esportes coletivos, com regras que definem como devem ser as relações dentro de campo, pode contribuir para mudança do comportamento dos adolescentes/ jovens e para transformar suas interações cotidianas. O esporte pode ser usado como um atrativo para o trabalho social com adolescentes/ jovens. Em contextos vulneráveis, onde há poucos equipamentos públicos que garantam o acesso da população a atividades esportivas e de lazer, ações que trabalhem com o esporte podem criar espaços que favorecem a convivência comunitária, propiciando um processo de transformação das relações entre os membros da comunidade, que podem ser pautadas pela convivência pacífica com base no respeito entre as partes (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014).

As atividades do Projeto são iniciadas às 9h30, com a abertura do portão e o registro de presença na lista, conforme a ordem de chegada. De 9h30 às 9h45, há o aquecimento corporal, atividade na qual os adolescentes/jovens se aquecem, a fim de evitar possíveis lesões durante a prática do futebol. De 9h45 às 10h, há uma breve roda de conversa, na qual ocorre a avaliação da atividade anterior, bem como os adolescentes/jovens são ouvidos e trabalham junto com a equipe

socioeducativa, pensando nas melhores maneiras de conduzir o Projeto. De 10h às 10h30, são realizados os treinos táticos com times divididos conforme a ordem de chegada. De 10h30 às 11h50, são realizados “rachas” entre os adolescentes/jovens e a equipe socioeducativa (UAMA DO PARANOÁ, 2018b).

Alguns adolescentes /jovens participam da atividade desde o seu início, o que permite à UAMA o acompanhamento do seu crescimento e de algumas das suas conquistas. Um exemplo dado pelo relatório de gestão da UAMA do Paranoá (2018) é o de um jovem egresso do sistema socioeducativo que vem buscado a sua profissionalização no futebol e tem conseguido vencer diversos obstáculos existentes nesse processo. Graças ao vínculo estabelecido entre o adolescente e a equipe de referência do Projeto, ele tem contado com o apoio da Unidade, que organizou uma ajuda financeira para custear as suas viagens e faz articulação direta com o time que o adolescente está treinando em uma cidade no Paraná (UAMA DO PARANOÁ, 2018a). Destaca-se ainda, que essa ação foi possível devido ao esforço pessoal dos profissionais da Unidade, apesar da fragilidade das ações socioeducativas e falta de apoio intersetorial.

Destaca-se, ainda, a importância do contrato firmado pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, nesse semestre, para a distribuição de lanche para as atividades ofertadas pela UAMA. Tendo em vista que o futsal é uma atividade física que demanda muita energia física, o lanche possui muita importância para o desenvolvimento das atividades, além de proporcionar aos adolescentes/ jovens e equipe um momento de interação social menos estruturado, de convivência social e comunitária, que contribui para o processo de desenvolvimento pessoal e social do adolescente.

Além das atividades semanais desenvolvidas na quadra de esportes, a equipe do Projeto leva os adolescentes/jovens a jogos e amistosos com instituições parceiras e promove a cada semestre um Torneio de futebol. Durante o período de agosto de 2017 a dezembro de 2018, foram promovidos os III, IV, V Torneios de Futsal da UAMA do Paranoá. Estes eventos ocorreram graças ao esforço e engajamento de toda a equipe da Unidade e ao apoio dos professores do Esporte à Meia Noite (UAMA DO PARANOÁ, 2018a).

Após expormos nossas compreensões sobre o campo da Socioeducação e o Projeto que é analisado neste trabalho, na sequência, apresentamos os objetivos deste trabalho e os procedimentos metodológicos adotados.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL:

O objetivo geral da pesquisa é analisar como o Projeto “Futebol das Quebradas” tem contribuído para o desenvolvimento dos adolescentes/jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto vinculados à UAMA do Paranoá e dos adolescentes/ jovens das comunidades do Paranoá, Itapoã, Paranoá Parque e áreas rurais do Paranoá.

2.2. ESPECÍFICOS:

- Conhecer o atendimento socioeducativo destinado aos adolescentes/ jovens no Distrito Federal e na Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá;
- Analisar a importância do trabalho em rede para o desenvolvimento do atendimento socioeducativo;
- Analisar as significações que os adolescentes/jovens e equipe socioeducativa participantes possuem do Projeto “Futebol das Quebradas”; e
- Discutir práticas socioeducativas inovadoras, a exemplo do Projeto “Futebol das Quebradas”, que potencialmente podem contribuir para a construção de novas trajetórias de vida dos adolescentes/ jovens.

3. METODOLOGIA

Na sequência, apresentamos o contexto da pesquisa; seus participantes; e os materiais e instrumentos utilizados. Depois, são detalhados os procedimentos de construção dos dados e os procedimentos de análise dos dados.

3.1. Contexto da pesquisa

O presente trabalho foi realizado na Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do Paranoá sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal. A UAMA do Paranoá é a responsável por executar as medidas de meio aberto (LA - Liberdade Assistida e PSC - Prestação de Serviço à Comunidade), nas Regiões Administrativas do Paranoá e Itapoã.

A UAMA do Paranoá busca ofertar aos adolescentes/ jovens atendidos atividades coletivas de caráter lúdico, esportivo e/ou cultural. Nesse contexto a presente pesquisa buscou analisar as atividades do Projeto “Futebol das Quebradas”, que é ofertado pela Unidade para adolescentes/ jovens em cumprimento das medidas socioeducativas de LA e PSC bem como para adolescentes/jovens da comunidade.

3.2. Participantes

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram realizadas entrevistas com a equipe de referência do Projeto “Futebol das Quebradas, que é formada por um psicólogo, uma assistente social e técnico administrativo da UAMA e com 6 adolescentes/jovens participantes do Projeto, a fim de dar voz tanto para os socioeducadores quanto aos adolescentes/jovens. Para preservar a identidade dos participantes, nomes fictícios foram escolhidos pelos próprios participantes da pesquisa. Alguns adolescentes/jovens optaram por codinomes de pessoas que são referência para sua vida e que causam admiração, por exemplo, jogadores de futebol e atores famosos.

Edigaldius tem 48 anos de idade, é psicólogo e possui pós-graduação em psicologia comportamental. Já trabalhou como garçom de praia, professor de inglês, terapeuta e psicólogo clínico. Tem 10 anos de atuação na socioeducação e está lotado na UAMA pesquisada desde outubro de 2008.

A participante Clarice tem 35 anos e é formada em Serviço Social. Trabalhou anteriormente como professora em um pólo universitário e no âmbito das políticas de assistência, em um Centro de Referência da Mulher e com usuários do Programa Bolsa Família. Trabalha há 11 anos no sistema socioeducativo; atuou no meio fechado por aproximadamente 4 anos e está lotada na UAMA pesquisada desde março de 2015.

Thiago tem 34 anos, é funcionário comissionado na função de técnico-administrativo na UAMA e está cursando Direito. Trabalhou anteriormente como professor de dança do programa “Picasso não Pichava”¹ e foi suplente de um Conselho Tutelar. É morador da Região Administrativa na qual a pesquisa foi realizada. Ingressou no sistema socioeducativo há três anos em um cargo comissionado e recentemente foi exonerado da sua função, em maio de 2019, após a troca de governo.

A tabela 1 abaixo sintetiza as informações que caracterizam os adolescentes/jovens do Projeto “Futebol das Quebradas” que foram entrevistados:

Tabela 1. Caracterização dos adolescentes/jovens entrevistados

Adolescente	Idade	Escolaridade	Participação no Projeto	Configuração familiar
Matias	16 anos	7º ano do Ensino Fundamental	Adolescente da comunidade	Mora com a mãe e mais 5 irmãs
James	19 anos	2ª ano do Ensino Médio	Adolescente da comunidade	Tem uma filha e mora com a mãe e a esposa
Chico da Silva	19 anos	9º ano do Ensino Fundamental	Adolescente da comunidade	Tem uma filha e mora com a esposa e filha
Rian	19 anos	9º ano do Ensino Fundamental	Vinculado à UAMA pela medida socioeducativa de PSC	Mora com a mãe
Robinho	19 anos	7º ano do Ensino Fundamental	Egresso do sistema socioeducativo	Tem uma filha de 3 anos e mora com o pai, a mãe e 6 irmãos

¹ O Picasso não pichava é um programa da Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social, foi criado em 1999 visando prevenir violências, por meio de atividades esportivas e artísticas. Atende jovens em situação de vulnerabilidade social e do sistema socioeducativo, mulheres em situação de violência.

Fonte: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/11/27/programa-picasso-nao-pichava-certifica-110-alunos/>

Will Smith	21 anos	8º ano do Ensino Fundamental	Participou do Projeto em cumprimento de LA e continuou a frequentar como egresso do sistema socioeducativo.	Mora sozinho no Paraná, após ter participado de seleção em time de futebol profissional
------------	---------	------------------------------	---	---

3.3. Procedimentos de construção de dados

Os procedimentos de coleta de dados ocorreram em três momentos: 1) Aproximação do campo de pesquisa e obtenção de autorizações para pesquisa; 2) Observações participantes do Projeto “Futebol das Quebradas”; e 3) Entrevistas com socioeducadores e com adolescentes/jovens do Projeto “Futebol das Quebradas”

3.3.1 Aproximação do campo de pesquisa e obtenção de autorizações para pesquisa

O **primeiro momento** ocorreu com o primeiro contato com a UAMA do Paranoá, em reunião com a equipe da instituição no dia 18 de dezembro de 2018. Após a apresentação da pesquisadora, da equipe da Unidade e dos objetivos da pesquisa, a UAMA sinalizou favoravelmente para acolher a pesquisa. A partir daí, foram negociados os procedimentos metodológicos para o andamento pesquisa, em respeito à rotina da Unidade, e se iniciou o processo de obtenção de autorizações para a pesquisa junto ao TJDF- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Apêndice A) e à Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS) (Apêndice B) e de termo de aceite para pesquisa com a gestão da UAMA DO PARANOÁ (Apêndice C)

3.3.2. Observações participantes do Projeto “Futebol das Quebradas”

O **segundo momento** refere-se às observações participantes do Projeto “Futebol das Quebradas”, durante as atividades desenvolvidas na quadra de esportes nas manhãs das sextas-feiras. As observações participantes ocorreram durante os meses de março, abril e maio de 2019. Além de ser ocasião para observação das atividades do Projeto e das relações estabelecidas entre os adolescentes/jovens e destes com a equipe do Projeto, este momento foi importante para a

construção de vínculo de confiança estabelecido na convivência da pesquisadora com a equipe e os adolescentes/jovens do Projeto.

As observações foram registradas em diário de campo pela pesquisadora, que tomou notas de campo após o término de cada atividade observada. O diário de campo foi construído valorizando as percepções da pesquisadora durante as atividades do Projeto, incluindo falas significativas, destaques das atividades, ideias e reflexões pessoais.

3.3.3. Entrevistas com socioeducadores e com adolescentes/jovens do Projeto “Futebol das Quebradas”

Por fim, o **terceiro momento** da coleta de dados aconteceu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com os socioeducadores e adolescentes/ jovens envolvidos no Projeto “Futebol das Quebradas”, nos meses de abril e maio de 2019. Os entrevistados foram escolhidos pela própria equipe e a pesquisadora, respeitando a sua dinâmica de trabalho, a partir de critérios de bons vínculos, fluência verbal e interesse em participar. Optamos por entrevistas adolescentes/ jovens que participavam a mais tempo do Projeto, tendo em vista que as medidas socioeducativas devem ser pautadas pela sua brevidade e a participação dos adolescentes/ jovens das atividades do Projeto é bastante rotativa. No decorrer das observações participantes e em pactuação com a equipe do Projeto, decidiu-se que as entrevistas com os adolescentes/ jovens iriam ocorrer durante as próprias atividades do Projeto, com o intuito de facilitar a participação dos adolescentes/ jovens, por não precisarem se deslocar para outro local em um dia diferente das atividades de que já participavam.

As entrevistas possuíam o objetivo de compreender as significações acerca do Projeto para os participantes e as suas contribuições para o desenvolvimento de práticas inovadoras de atendimento socioeducativo. A entrevista narrativa foi escolhida para esta pesquisa, pois explora o sentido de si do sujeito, que reconstrói seu passado na interação da entrevista (Jovchelovitch e Bauer, 2002). As entrevistas são “entendidas como um instrumento rico que permite acesso aos processos psíquicos que nos interessam, particularmente os sentidos e significados” (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 308).

As entrevistas com os 3 socioeducadores e com os 6 adolescentes/ jovens foram registradas apenas por áudio e gravadas no celular da própria pesquisadora. As datas e horários

das entrevistas foram negociados junto aos participantes da pesquisa, de acordo com a sua conveniência. As entrevistas com os socioeducadores aconteceram na sede da UAMA, no horário de expediente, e as entrevistas com os adolescentes/jovens aconteceram na praça de esportes (após o fim das atividades do Projeto) ou na praça próxima à quadra de esportes em que as atividades do Projeto acontecem. As entrevistas com os socioeducadores tiveram a duração entre 30 minutos e 43 minutos, com média de 38 minutos. Já as entrevistas com os adolescentes/jovens tiveram a duração entre 3 e 5 minutos, com média de 3,7 minutos.

As tabelas 2 e 3 abaixo resumem as informações sobre as entrevistas realizadas com a equipe de referência e com os adolescentes/jovens que participam do Projeto “Futebol das Quebradas”:

Tabela 2. Detalhamento das entrevistas realizadas com a equipe de referência do Projeto

Socioeducador	Data e horário da entrevista	Duração da entrevista
Edigaldius	16/04/2019, às 15h30min	30 minutos
Clarice	29/05/2019, às 10h05min	41 minutos
Thiago	29/05/201, às 11h00min	43 minutos

Tabela 3. Detalhamento das entrevistas realizadas com os adolescentes/jovens do Projeto

Adolescente	Data e horário da entrevista	Duração da entrevista	Local da entrevista
Matias	26/04/2019, 10h25min	3 minutos	Praça próxima à quadra de esportes
James	26/04/2019, 10h48min	3 minutos	Praça próxima à quadra de esportes
Rian	26/04/2019, 11h10min	4 minutos	Praça próxima à quadra de esportes
Robinho	26/04/2019, 11h20min	4 minutos	Praça próxima à quadra de esportes
Chico da Silva	10/05/2019, 11h30min	3 minutos	Quadra de esportes
Will Smith	10/05/2019, 11h40min	5 minutos	Quadra de esportes

Dentre os materiais e instrumentos utilizados nas entrevistas, destacamos que, no início de todas as entrevistas, foram negociados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido junto aos socioeducadores (Apêndice D) e aos adolescentes/ jovens entrevistados (Apêndice E). Para o registro do áudio das entrevistas, foi utilizado o gravador de voz do aparelho celular da pesquisadora, que também utilizou um caderno para tomar notas ao longo das entrevistas.

As entrevistas seguiram roteiros semiestruturados organizados de acordo com os objetivos da pesquisa, com roteiro para os socioeducadores (Apêndice F) e roteiro para os adolescentes/jovens do Projeto (Apêndice G). Uma entrevista piloto foi realizada em 15 de abril de 2019, para a consolidação do roteiro de entrevista para os adolescentes/jovens do Projeto. Os roteiros de entrevista incluíram significações sobre o Projeto “Futebol das Quebradas”; a qualidade das relações interpessoais junto aos socioeducadores e adolescentes/jovens envolvidos no Projeto; as aprendizagens realizadas no Projeto; as dificuldades encontradas para a realização do Projeto; espaços de lazer e prática esportiva existentes na comunidade; perspectivas para o futuro; dentre outros temas. Destacamos que para a construção dos núcleos de significação optamos por dar prioridade às informações obtidas a parti da realização das entrevistas realizadas com os adolescentes/jovens e com os socioeducadores de referência do Projeto.

3.4. Procedimentos de análise de dados

O registro dos áudios das entrevistas com os socioeducadores e com os adolescentes/jovens do Projeto “Futebol das Quebradas” foi transcrito integralmente pela própria pesquisadora, conforme pactuado com os participantes no TCLE. Todos foram tratados por codinomes escolhidos por eles mesmos.

A análise dos dados foi elaborada a partir da proposta dos núcleos de significação de Aguiar e Ozella (2006, 2013), fundamentada na Psicologia Sócio Histórica. A reflexão metodológica sobre a compreensão das significações se baseia em uma visão que tem como o seu ponto de partida o empírico, mas que possui a clareza da necessidade de se ir além das aparências e buscar as explicações do processo de constituição do objeto pesquisado no seu processo histórico. As pessoas se constituem em uma relação dialética com o meio social e a história, o que as torna únicas, singulares e históricas (AGUIAR e OZELLA, 2006, 2013). Na proposta dos núcleos de significação, o método é compreendido, para além do seu caráter instrumental, “como algo que nos permite penetrar no real, objetivando não só compreender a relação sujeito/objeto, mas a própria constituição do sujeito produzindo um conhecimento que se aproxime do concreto, síntese de múltiplas determinações” (AGUIAR e OZELLA, 2013, p. 301).

A análise dos núcleos de significação de Aguiar e Ozella (2006, 2013) envolve os seguintes passos: a) leitura flutuante e organização do material transcrições; b) levantamento dos

pré-indicadores; c) construção de indicadores; d) construção de núcleos de significação; e) análise de núcleos de significação: intra e inter núcleos.

Esse procedimento adotado busca avançar do empírico para o interpretativo. Para se compreender as significações, é importante analisar as diversas determinações que constituem o sujeito. Para que isso aconteça, é importante apreender “as necessidades, de alguma forma, colocadas pelos sujeitos e identificadas a partir dos indicadores. Entendemos que tais necessidades são determinantes/ constitutivas dos modos de agir/sentir/pensar dos sujeitos” (AGUIAR e OZELLA, 2013, p. 311).

Considerando os objetivos da pesquisa e a articulação entre as informações empíricas das observações do Projeto “Futebol das Quebradas” e as entrevistas com adolescentes/jovens e com a equipe de referência do Projeto, priorizando as informações obtidas a partir das entrevistas, foram construídos 9 núcleos de significação, que serão discutidos na próxima seção.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os objetivos da pesquisa e a articulação entre as informações empíricas das observações do Projeto “Futebol das Quebradas” e as entrevistas com adolescentes/ jovens e com a equipe de referência do Projeto, foram construídos 9 núcleos de significação, a saber:

1. “Quando pivete, meu sonho era ser um jogador de futebol”
2. A comunidade também tem direito a lazer, cultura e esporte
3. “Vida do corre” x “Futebol de sexta é sagrado!” e “território da paz”
4. Dificuldades para o cumprimento da medida socioeducativa e permanência na escola
5. Diferenças entre o meio aberto e o meio fechado
6. A falta de articulação intersetorial
7. A importância do Projeto “Futebol das Quebradas” para o desenvolvimento dos adolescentes /jovens e para o atendimento socioeducativo
8. A construção coletiva e participação ativa dos adolescentes/ jovens
9. Lanche ou “resenha”

4.1. Núcleo de Significação: “Quando pivete, meu sonho era ser um jogador de futebol”

Mundialmente, o Brasil é conhecido como o “país do Futebol”, por ter revelado jogadores que são considerados gênios e que se destacaram pela técnica e trajetória vitoriosa no esporte. Diante de todo esse fenômeno histórico cultural existente no país, muitos meninos moradores da periferia compartilham do sonho de ser um jogador de futebol, como pode ser observado na fala de Matias:

“Pô, eu gosto muito de jogar bola. O meu sonho é ser jogador de futebol, só isso mesmo” (MATIAS, adolescente do Projeto).

Este sonho de muitos meninos moradores das periferias do Brasil, muitas vezes, acaba sendo deixado de lado pelas circunstâncias da vida, mas pode ser retomado com ações como as do Projeto “Futebol das Quebradas”. Campos e Paiva (2018, p. 123) afirmam que o trabalho educativo deve buscar estar próximo e conhecer a história do adolescente atendido, refletir com ele sobre a sua história de vida, revelar os seus potenciais, os seus interesses, as suas habilidades, para que se possa, dessa maneira, construir, junto com o adolescente, novas trajetórias de vida.

O futebol representa, para os adolescentes/jovens participantes do Projeto “Futebol das Quebradas”, uma forma de se divertir, de estar com os pares, uma oportunidade de se destacarem ou simplesmente de poderem esquecer as dificuldades da vida:

“Vixe, é um passatempo na minha vida, desde pivete eu jogo bola. Nas horas vagas, eu procuro, pelo menos, tá correndo, pra depois não sofrer lesão, né? No futebol. Na maioria do meu tempo, eu tô jogando bola” (ROBINHO, adolescente do Projeto).

“Vixe, eu gosto muito. Que, quando eu tô jogando, sei lá, esquece dos problema, das coisas da vida, do que está passando no mundo” (RIAN, adolescente do Projeto).

“O futebol pra mim é tudo! É meu amor! Coisa que eu gosto de fazer. Não tenho outra explicação sobre o futebol” (JAMES, adolescente do Projeto).

Para um dos adolescentes/ jovens do Projeto, este sonho se realizou. Will Smith conheceu o “Futebol das Quebradas” enquanto cumpria a medida socioeducativa de Liberdade Assistida. A partir das experiências proporcionadas pelo Projeto, ele pode perceber o seu talento para o futebol, teve a oportunidade de participar de uma “peneira” (nome dado para o processo de seleção de crianças e adolescentes/jovens para fazer parte de times de futebol). Hoje, ele faz parte de um time profissional no Paraná e foi morar sozinho na cidade do time. Tal oportunidade ocorreu devido ao esforço e solidariedade dos profissionais da Unidade, sendo uma ação financiada externamente; ou seja, não foi uma ação executada pelo poder público, que se assegurasse como direito. Ele narra gostar deste novo momento da sua vida e estar vivenciando novas experiências nos campos do esporte e da convivência social e comunitária.

“Ah, minha relação com o futebol é desde os 15 anos, que eu comecei a jogar bola. E aí eu tô indo. Tô indo aí até hoje, graças a Deus. Tô fazendo esforço, é o preço do meu sonho” (WILL SMITH, adolescente do Projeto).

“Muito. Ajudou muito mesmo, porque eu tava jogado na rua, não queria saber de nada. E eu comecei a vir para cá, comecei a treinar, a jogar bola. Foi isso que me ajudou a voltar a jogar bola. Porque eu já tinha desistido, entendeu? Não tava mais nem aí para a vida e tudo. Aí, eles pegou e me ajudou, conversou comigo e tal” (WILL SMITH, adolescente do Projeto).

“Ah, aquela cidade lá, meu Deus. É bonito demais lá. A oportunidade que eu tenho lá, entendeu? Eu treino todo dia. Tipo várias coisas, várias coisas que eu não tinha aqui. Tem lá um estádio. Um estádiozão fera! Muita coisa boa. Eu tô

gostando. Uma experiência nova, tudo novo. Jogando bola agora, fazendo coisa nova”. (WILL SMITH, adolescente do Projeto).

“No começo, eu fiquei meio assim, tá ligado? A primeira vez e pá. Eu tava morando sozinho, não sabia como é que era. Aí, eu cheguei lá e demorou um pouquinho para eu me acostumar. Aí, eu fui fazer amizade, amizade e tudo. Aí, eu fui saindo com o povo. Aí hoje, eu já acostumei, já. Eu tô lá até hoje. E tem que se acostumar, né? É uma oportunidade”. (WILL SMITH, adolescente do Projeto).

Muitas vezes, para o adolescente morador das regiões periféricas, faltam oportunidades e vivências que colaborem para que eles se sintam capazes, construam uma autoimagem positiva e voltem a sonhar. Santos *et al* (2015) analisam as contradições das experiências de vida de muitos adolescentes/jovens autores de ato infracional. Muitas vezes, o crime possibilita o acesso ao dinheiro fácil; por outro lado, também pode tirar sua liberdade. Para muitos adolescentes/ jovens do Projeto, seu desejo de mudança sofre embate com a falta de oportunidades e de espaços que possibilitem o diálogo com outros parceiros sociais e a construção de novas trajetórias de vida, o que pode reduzir as oportunidades de reflexão para a construção da subjetividade do adolescente. Como pode ser observado pelo depoimento do socioeducador Thiago:

“O Will Smith hoje é um grande expectativa, uma grande referência que eu tenho. Eu sempre exemplifico ele na atividade do futebol. Que tinha tudo para se comprometer... fragmentação familiar, vulnerabilidade social. A situação que ele fazia na comunidade era de liderança. Então, isso mostrava muito. Ele precisava do futebol para tá em atuação em si, mas era uma, era uma... ferramenta que existia nele, que não tinha sido lapidada, clareada, que não tinha sido diagnosticada por ele. Pelos outros, sim. Mas, por ele, não. Quando ele começou a se conhecer e viu que era capaz, aconteceu o que realmente a gente espera, que é eles ter autoestima individual mesmo. Eles acreditarem no potencial deles, individuais deles. Que isso transforma, faz diferença, o que o Will Smith fez” (THIAGO, socioeducador do Projeto).

O trabalho em grupo desenvolvido no Projeto “Futebol das Quebradas” é um terreno fértil onde os adolescentes/jovens podem refletir sobre a sua realidade social, tendo em vista que possibilita momentos de compartilhamento de experiências. O adolescente que cumpre medida socioeducativa é, antes de tudo um adolescente, com sonhos, desejos e uma biografia única. O desafio da socioeducação passa tanto pela garantia de acesso aos direitos básicos (vida, saúde e alimentação, liberdade, dignidade, respeito e convivência familiar e comunitária) quanto pela

construção de mediações que possam favorecer o desenvolvimento pessoal, social e emocional desse adolescente (FERNANDES DE SOUZA E ALVES DE SOUZA, 2018).

4.2. Núcleo de Significação: A comunidade também tem direito a lazer, cultura e esporte

Com a Constituição de Federal de 1988, as crianças e os adolescentes/jovens foram reconhecidos como sujeitos de direitos fundamentais que devem ser garantidos pela família, pela sociedade e pelo Estado, com prioridade absoluta. Esses direitos são: à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O ECA detalhou esses direitos, definiu as responsabilidades e criou mecanismos para a sua garantia (OLIVEIRA, 2015).

Diferentemente do que muitos gestores públicos possam pensar, o acesso a atividades e equipamento esportivos, culturais e de lazer não se constituem um luxo ou um favor a serem oferecidos para as comunidades de forma esporádica; são direitos constitucionais (OLIVEIRA, 2015). No entanto, observa-se que, na Região Administrativa do Paranoá e do Itapoã, esses direitos são negligenciados, como pode ser observado pelo depoimento dos adolescentes/ jovens entrevistados:

“Ah, tem o campo lá em cima, né? Aí, tem essa quadra, têm mais algumas quadras que funciona. E tem o campinho de areia também, mas, esse não funciona muito não. Tem muita quadra que não tem... como é que chama? É rede. Não tem rede. Tá muito ruim, tá ligado? Tem buraco, não dá nem para jogar descalço”. (WILL SMITH, adolescente do Projeto).

“Precisaria ter mais, né? Porque o futebol entra na mente das pessoas. O esporte entra na vida das pessoas e muda a vida de todo mundo. Acho que devia ter mais. Vôlei, basquete, fora os outros (esportes)”. (ROBINHO, adolescente do Projeto)

“Eu acho que teria que ter era uma Vila Olímpica pra poder todo mundo praticar o esporte” (JAMES, adolescente do Projeto).

“Um clube. Essas coisas. Mais campos de futebol. Essas coisas” (MATIAS, adolescente do Projeto).

Os socioeducadores entrevistados também apontaram a falta de espaços de lazer, cultura e prática esportiva na comunidade:

“Ah, faltam, faltam muitos espaços. Até porque, você... É claro, você tem, sei lá, rádio comunitária. Você tem alguns movimentos que estimulam algo que é parte da cultura de muitos desses jovens. Você tem o movimento *Hip Hop*, o RAP². Mas, bom seria se eles tivessem acesso. Por que não? à música clássica, à samba. A maioria é marcada por um recorte de cor. A maioria das famílias que a gente atende são famílias negras ou pardas. Então, muitas vezes, são jovens que desconhecem um pouco da história, né? De como a melanina chegou no corpo deles e a própria história de formação da cultura negra no Brasil.” (EDIGUALDIUS, socioeducador do Projeto).

“Aí, eles estão muito... A batalha de MC³ tem. Que eu acho que alguma coisa está acontecendo em Brasília inteira, né? A galera tá vindo. E são os mulequim da quebrada que estão puxando. Então, tem aqui no Paranoá e no Paranoá Parque. Mas, fora isso, que também eu acho muito frágil a continuidade. Porque, às vezes, o aparelho do som quebrou, não vai rolar batalha. Então, a gente tem pouco investimento, eu acho, que para a juventude mesmo. O Itapoã segue a mesma linha do Paranoá Parque, também” (CLARICE, socioeducadora do Projeto).

É essencial investir na melhoria da infraestrutura urbana das regiões periféricas, oferecendo para a população espaços dignos para se viver com condições de residência, saneamento básico, acessibilidade a escolas, equipamentos esportivos e culturais e acesso a espaços de lazer e saúde. Isso pode colaborar para diminuir a desigualdade e aumentar as oportunidades para o desenvolvimento físico, social e emocional do adolescente. (FÓRUM NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2010).

Durante as observações do Projeto, percebemos que muitos adolescentes/ jovens que participam das atividades jogam futebol descalços. De acordo com Carmo (2015), o perfil dos familiares dos adolescentes/ jovens em cumprimento de medidas socioeducativas é de pobreza ou extrema pobreza. Os dados do PDAD de 2018 apontam que a renda das famílias dos moradores do Paranoá é de 1 a 2 salários mínimos, o que acaba dificultando o acesso a diversos bens, como sapatos apropriados para a prática esportiva. Com isso, destacamos a importância das atividades do “Futebol das Quebradas” serem realizadas na quadra de esportes coberta do Paranoá, tendo em vista que muitos adolescentes/ jovens não têm condições financeiras de ter acesso a sapatos para

² RAP: *rhythm and poetry* (ritmo e poesia), faz parte do movimento HIP HOP, que surgiu nos Estados Unidos, na década de 70. Seu surgimento permitiu a valorização da cultura negra e das minorias da periferia (OLIVEIRA; CAIXETA, 2015)

³ MC: que dizer Mestre de Cerimônias, porta voz das ruas. Suas letras e rimas estão centralizadas nos problemas sociais como: política, educação e a realidade dos moradores das regiões periféricas.

Fonte: <http://davocabs.blogspot.com/2016/04/diferenca-entre-rappermc-e-lyricista.html>

a realização das atividades em quadra sem cobertura, o que dificultaria sua participação nas atividades ofertadas pelo Projeto.

Diante do exposto, perdura a questão: por que não se investe no acesso de adolescentes/ jovens a atividades culturais, de esporte e cultura? De acordo com Carmo (2015), os/as adolescentes/ jovens não são considerados/as como sujeitos de direito e, muitas vezes, como objetos de ações coercitivas nas quais se busca a obediência e não são reconhecidos como pessoas em fase de desenvolvimento.

O acesso a atividades culturais, de esporte e lazer é um direito do adolescente e, além disso, estas podem promover o desenvolvimento do adolescente/ jovem, ao ofertar pontos de vistas diferentes sobre o mundo e a sociedade. Não há como o adolescente se interessar por aquilo que ele desconhece. Logo, é dever da escola, da sociedade, do Estado e da família permitir que as crianças e os adolescentes/jovens possam ter acesso a lazer, cultura e práticas esportivas, elementos que são fundamentais para o seu desenvolvimento saudável (CODEPLAN, 2013).

4.3. Núcleo de significação: “Vida do corre” x “Futebol de sexta é sagrado!” e “território da paz”

É importante destacar que o Projeto “Futebol das Quebradas” conta com a participação de adolescentes/ jovens em cumprimento de medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, adolescentes/jovens egressos do sistema socioeducativo e jovens da comunidade. Os jovens que participam do Projeto o significam de modo muito positivo e se sentem alegres, apoiados, incentivados e ajudados pela equipe de referência do Projeto.

“O incentivo! O incentivo que eles dá, pra nós não parar de jogar e ajudando nós sempre nas coisa que nós está precisando (JAMES, adolescente do Projeto).”

“Positivo? Pô, só vir aqui e jogar mesmo. Alegria, né? Distrair a mente um pouco” (MATIAS, adolescente do Projeto).

Significado é que im vez das pessoa tá... sei lá, ter que puxar cadeia, ficar preso. Eles só estão mostrando desenvolvimento. Pra pessoa, se for pensar duas vezes, antes de fazer. Que a vida não é só isso aí,, tá querendo roubar, traficar. Daí, ajudou muito, bastante as pessoa (RIAN, adolescente do Projeto).

Fica evidenciada a importância da construção de espaços significados como seguros, que estimulem as capacidades do jovem de conviver e de resolver conflitos de forma pacífica, que estimulem a aprendizagem para a convivência respeitosa com a diversidade e as adversidades (FÓRUM NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2010). O “Futebol das Quebradas” é conhecido por seus participantes como um “território da paz”, no qual o adolescente pode se sentir seguro, como foi evidenciado nas entrevistas realizadas com os socioeducadores do Projeto.

Além disso, mais do que formar atletas profissionais, para a equipe, o Projeto promove de modo lúdico e saudável o desenvolvimento dos adolescentes/ jovens, potencializando os cuidados com a saúde, habilidades sociais, o respeito interpessoal, a negociação de conflitos, o trabalho em equipe, bem como a construção de senso de coletividade e de pertencimento a grupo.

“O futebol, a gente vê que dá para dar uma alavancada, porque mesmo o menino que tem guerra, quando vem na atividade, respeita o espaço. A gente sempre procura isso, que o nosso “Futebol das Quebradas” lá é tido como um território da paz. Antes da gente iniciar a atividade, a gente sempre procura dialogar, já tentando identificar se rola alguma controvérsia, algum olhar meio suspeito. A gente tenta identificar também alguma situação circunstancial, naquele momento que a gente está conversando, no alongamento” (THIAGO, socioeducador do Projeto).

“Voltei e, aí, de lá para cá, a gente vem só tentando qualificar o Projeto. O que é qualificar o Projeto? É torná-lo não só uma atividade recreativa, mas ver o futebol como uma porta para tentar que muitos desses meninos, que têm um talento incrível, que eles passem em peneiras, que eles treinem em equipes, que eles se profissionalizem. Ou simplesmente treinem ou parem de usar drogas, né? Ou aprendam a se relacionar, atuar em equipe, a ter um senso de coletividade, de respeito, de apropriação de um território que é deles, de um território que é seguro, que é da paz e regular, né? Que seja um projeto, como eles mesmo dizem: “o futebol de sexta é sagrado!”. Né? Então, algo que seja um rito, ao mesmo tempo, lúdico, saudável e que abra perspectivas” (EDIGALDIUS, socioeducador do Projeto).

“A noção de ser um território da paz, também, é um sucesso. De saber que eles podem, mesmo se eles tiverem uma rixa, ali naquele espaço, não vai acontecer nada, porque ali todos respeitam” (EDIGALDIUS, socioeducador do Projeto).

Mesmo que o Projeto promova diversas reflexões para o adolescente e consiga mostrar diversas perspectivas de futuro, ele ainda esbarra na falta de articulação intersetorial, na

fragilidade das políticas públicas e na “*vida do corre*”⁴, que é ofertada pela comunidade. Para a equipe do “Futebol das Quebradas”, as mediações sociais realizadas ao longo das atividades do Projeto ajudam os adolescentes/jovens a reconfigurar valores e hábitos e podem ajudá-los a serem reconhecidos pelas demais pessoas de um modo positivo, o que favoreceria novas possibilidades de desenvolvimento.

“É difícil. Independente da atividade que a gente oferte aqui, é muito difícil concorrer com uma comunidade em que essa identidade infracional ela tem um valor, né? Ou que é um próprio... Por exemplo, os hábitos que são construídos dentro de uma comunidade, como o uso de substâncias, que, para ele ter acesso, ele acaba entrando em contato com o tráfico e, daí, ele fazendo o *corre*, né? Porque é o espaço que gera, né? Que tem grana” (CLARICE, socioeducadora do Projeto)

“e muitos dos meninos que iam, iam porque queriam fugir da realidade, da esquina, do tráfico, do, até mesmo da guerra, né? É uma das maneiras de eles falarem que não quer mais nada com o cara que quer criar treta com ele. E até mesmo dá uma resposta. Quando ele é apreendido, os policiais marcam ele na comunidade. Então, é uma resposta mesmo que eles fazem, da abordagem policial. O menino é apreendido e, depois da abordagem policial, ele é lembrado. É nessa perspectiva que o esporte atua, né? E eu vejo que, quando eles tão nesse espaço, eles tão de certa forma buscando o momento de esquecer a outra realidade de vida que eles têm, que, no caso, é *corre*, que ele chama” (THIAGO, socioeducador do Projeto).

“Tem muito jovem aí perdido na vida. Aí, tipo assim, tinha que ter mais quadra, mais esporte, mais gente ajudando, entendeu? Senão, desse jeito, não dá não. Desse jeito aí, o quê? O povo vem aqui, aí, joga um pouquinho. Aí, mais tarde, vai lá e rouba, tá ligado? Dá uma tristeza. Tinha que ter o dia todo, muito esporte” (WILL SMITH, adolescente do Projeto).

Araújo e Lopes de Oliveira (2010), em análise de um projeto socioeducativo que envolvia a metodologia de circo social, consideram que, mais interessante do que formar atletas ou artistas, projetos socioeducativos que atuam com esporte e arte incentivam a proteção social, a cidadania e o protagonismo dos adolescentes /jovens em seus processos de desenvolvimento. Uma interessante crítica feita por estes pesquisadores se refere ao risco de significar de modo acrítico estes projetos como um simples “refúgio” diante da periculosidade do espaço

⁴ “*Corre*” ou “*correria*”: gíria que quer dizer esforçar-se para conseguir algo, ou em alguns casos quer dizer realização de tráfico de drogas.

Fonte: http://tmp.mpce.mp.br/orgaos/CAOCRIM/legislacao/grupogestordeunidades/girias_detentos.pdf

comunitário, com uma função “redentora” para transformar a vida dos adolescentes/ jovens que deles participam.

De um ponto de vista sociocultural, que valoriza a indissociabilidade entre sujeito em desenvolvimento e contexto, consideramos que o Projeto “Futebol das Quebradas”, mais do que ser um reduto no qual o adolescente abandona os circunscritores da violência comunitária, é um ambiente que oferta mediações que podem potencializar seu papel ativo diante do seu desenvolvimento subjetivo, seus processos de conscientização e ações críticas que o ajudem a transformar a si mesmo e a sua comunidade.

Um dos desafios enfrentados pelos programas de atendimento socioeducativo é o da fragilidade das políticas públicas de esporte, lazer e cultura nas regiões periféricas dos centros urbanos do país (FÓRUM NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014; OLIVEIRA, 2015; FERNANDES DE SOUZA E ALVES DE SOUZA, 2018). A execução das medidas socioeducativas, quando não é acompanhada de outras políticas intersetoriais, terá dificuldades para promover o desenvolvimento integral dos adolescentes/ jovens atendidos, dificultando o rompimento da trajetória infracional e a construção de novas perspectivas de desenvolvimento. O próximo núcleo de significação analisa algumas destas dificuldades

4.4. Núcleo de significação: Dificuldades para o cumprimento da medida socioeducativa e permanência na escola

A equipe de referência do Projeto “Futebol das Quebradas” narrou que os adolescentes/jovens enfrentam diversas dificuldades para o cumprimento da medida socioeducativa. Algumas delas se referem ao horário da escola e à falta de passagens no transporte público e de lanche para que os adolescentes/jovens participem das atividades dos programas de atendimento socioeducativo.

“É inclusive curioso, porque, muitas vezes, quando ele recebe a medida socioeducativa, o promotor coloca uma situação para ele de duplo vínculo. O que é uma situação de duplo vínculo? É uma situação que vai ser impossível dele cumprir. Quer ele faça de um jeito ou de outro. Então, já é uma situação que não tem como você cumprir. Por quê? Por que o promotor diz: “você sabe que, 10 horas da noite, você tem que estar em casa, heim? Você pegou medida socioeducativa!”. Só que a aula acaba 10h40 da noite! E aí? “Mas, você sabe também que, se você não estudar, eu não vou te liberar”. Então, o promotor

deveria, talvez, morar um tempo aqui no Paranoá, para ver o absurdo de colocá-lo em uma situação difícil de cumprir” (EDIGALDIUS, socioeducador do Projeto)

“Dificuldades com o Projeto... Por exemplo, quando não tem lanche, foi a maior parte do Projeto. Quando o menino não consegue jogar, porque não tem dinheiro para pegar um ônibus. Nós temos uma certa quantia, uma certa quantidade de cartões de transporte urbano. Mas, é muito, muito aquém da real demanda. Todo menino deveria ter o direito de, se a justiça diz que ele tem que cumprir, deveria minimamente ter condições de comparecer ao local que ele tem que cumprir, né?” (EDIGALDIUS, socioeducador do Projeto).

O programa de atendimento socioeducativo do DF é norteado pelos princípios do ECA e no SINASE. De acordo com essas normativas, a execução das medidas socioeducativas deve ser regida por uma série de princípios, dentre eles, o respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida. Este princípio estabelece que deve ser oferecido ao adolescente autor de ato infracional tratamento adequado e individualizado na execução da medida socioeducativa, que leve em consideração as suas necessidades sociais, psicológicas e pedagógicas (SECRIANÇA, 2016).

No que se refere ao sistema educacional, ainda hoje, verifica-se o desafio de como agir com o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Na escola, as concepções de professores e gestores sobre o adolescente em conflito com a lei, em sua maioria, estão pautadas pelo senso comum, reforçando os preconceitos e o estereótipo do aluno “normal” e do aluno “problema”. Essas concepções prejudicam a relação já desgastada entre o adolescente e a escola, uma vez que afirmam que a sua identidade é do “marginal”, do “pivete”; com isso, muitos adolescentes/ jovens podem apresentar com respostas agressivas ou deixar de participar daquele ambiente (ALVES, 2010).

O preconceito da escola com o adolescente autor de ato infracional também foi narrado pelos socioeducadores entrevistados, quando perguntados sobre a relação dos adolescentes/ jovens com a escola. De acordo com as entrevistas, a relação com as escolas e com seus professores é de qualidade ruim. Nas escolas, os adolescentes/ jovens sofrem preconceitos e discriminações por suas roupas, comportamentos, modo de andar. Muitos possuem um histórico escolar permeado por dificuldades de aprendizagem, reprovações e evasão escolar, o que é um padrão já bastante analisado na literatura sobre a relação das escolas brasileiras e os adolescentes/jovens que cumprem medidas socioeducativas (YOKOY E LOPES DE OLIVEIRA,

2008; ALVES, 2010; DIAS, 2013; YOKOY DE SOUZA, LOPES DE OLIVEIRA E RODRIGUES, 2014b)

“Poxa, muitos, muitos adolescentes, se eles não se identificam, porque acho a escola muito fechado. Eles não têm a referência da comunidade dentro da escola. E a relação dos professores e dos alunos também não são muito boa. Muitos alunos são discriminados pelas vestimentas, pela maneira que se comportam em sala, até mesmo o jeito de andar. Tudo isso compromete a relação (com a escola). Na relação, rola uma certa dificuldade o professor passar a matéria e tudo. E muitos alunos e muitas das vezes que a gente faz o acolhimento, eles relatam isso” (THIAGO, socioeducador do Projeto).

“Muitas vezes, também, esse histórico de escolarização do nosso público atendido é marcado por processos de vitimização. A forma como ele é tratado, na escola. O preconceito, a discriminação. Diretores que fazem de tudo para que ele não permaneça na escola. Há falta de um acompanhamento regular por parte da escola. Muitas escolas não têm coordenadores. É. E, muitas vezes, mesmo a gente conseguindo a vaga, ele é revitimizado. As mesmas questões que fizeram com que ele saísse da escola. Embora ele já esteja com outra idade, em outra escola. Mas, é... Assim, não é algo assíduo, né? Não é um aluno do ensino regular. É um histórico marcado, também, muitas vezes, por repetições e, na maioria das vezes, por reprovação, por faltas, quando não, por evasão escolar” (EDIGALDIUS, socioeducador do Projeto).

“Então, no caso Paranoá, o que a gente tem é essa oferta noturna. E a gente vê que é um pouco falida, no sentido do adolescente não continuar, né? E, aí, aqui a gente vem fazendo essa leitura. Não para individualizar a situação, ou seja, “ele desistiu, então, a culpa é do adolescente”. Né? Porque esse é o discurso que prevalece, né? E que, inclusive, eles incorporam, eles sentem que a questão foram eles. Mas, ao mesmo tempo, quando a gente aprofunda um pouco, a gente percebe desde questões que passam pela dificuldade em si, de aprender aquele conteúdo, que já está sendo dado acelerado e de forma mais compacta. Ou seja, se tem muito conteúdo para pouco tempo, né? E também eles até citam muito que a avaliação é feita a partir do caderno, né? Então, é um copia aí o que o professor está passando no quadro. Há ausência de projetos em geral. E uma coisa também que, aí nessa leitura que a gente tem fazendo, é a questão mesmo de cultura, de lazer ou qualquer essa dimensão que eu acho que é importante escola incorporar... É quase inexistente.” (CLARICE, socioeducadora do Projeto)

Percebe-se que são vários os fatores que dificultam o acesso e a permanência do adolescente na escola. Esses desafios passam desde o olhar preconceituoso dos professores e gestores, a ausência de projetos e conteúdos que tenham significado, as dificuldades de aprendizagem do adolescente e do próprio sistema de ensino (ALVES, 2010). Defendemos que é importante que a escola desenvolva um trabalho em rede com os diversos atores sociais e estatais,

por exemplo, junto com as UAMAs, para que, juntos possam construir estratégias para que esse adolescente permaneça na escola e construa aprendizagens significativas e que colaborem para novas possibilidades de trajetórias de desenvolvimento.

4.5. Núcleo de Significação: Diferenças entre o meio aberto e o meio fechado

De acordo com o ECA, as medidas socioeducativas em meio aberto devem ser priorizadas em detrimento das medidas em meio fechado. No entanto, a partir da fala da socioeducadora Clarice podemos perceber que, muitas vezes, as atividades desenvolvidas em meio aberto são invisibilizadas e recebem menos investimento de recursos humanos e orçamentos. Paes e Silva (2018) afirmam que o ECA é negado quando alguns segmentos políticos não cumprem as diretrizes políticas e não contratam o número necessário de orientadores para as medidas em meio aberto, dificultando, dessa forma, o caráter educativo das medidas socioeducativas.

“Se você for pegar o plano hoje, estratégico do governo, quando se têm as medidas, é só internação. Então, a internação... ela realmente demanda de todos os equipamentos. Eu acho que políticas e autoridades, a atenção... Porque é onde pipoca tudo. É onde a gente tem o maior número de servidores e onde tem maior uso do orçamento, inclusive. Então, a medida em meio aberto está meio que... acho que... Pergunta para o governador. Não duvido nada que ele não saiba. Mas, enfim, eu acho que, aí, é claro que um Projeto como esse vai respingar, né? Nessa invisibilidade que o Meio Aberto tem” (CLARICE, socioeducadora do Projeto).

Essa invisibilidade do meio aberto pode ser percebida quando se analisam os dados disponibilizados pelas Secretarias de Direitos Humanos e pelo próprio Sistema Judiciário. A maioria dos dados e pesquisas realizadas está no âmbito das medidas de restrição e privação de liberdade.

Outro dado importante evidenciado na fala de Clarice se refere ao alto número de adolescentes/ jovens que cumprem medidas de privação de liberdade no DF e à necessidade de maiores investimentos nas medidas socioeducativas em meio aberto.

“A gente, se você for pegar o valor total e o nosso, o que a gente utiliza aqui é tipo... Então, se quisesse mesmo pensar em eficiência e tal. E ele tá muito mais articulado com o judiciário, para que a gente pudesse investir mais no meio

aberto, né? E não ser tanto o inverso, tanto menino *preso*. Porque a gente prende muito. O DF tem essa característica. Tanto que as unidades (de internação) estão sempre superlotadas. Eu acho que é isso. Falta um olhar para o meio aberto. Porque eu acho que, aí, respinga no futebol” (CLARICE, socioeducadora do Projeto).

Yokoy de Souza *et al* (2015) analisam criticamente que, a medida de internação ainda continua a ser muito aplicada em todo o Brasil ainda que, a maioria dos atos infracionais cometidos por adolescentes/jovens sejam atos de roubo e tráfico de drogas, ou seja, não sejam atos infracionais contra a vida. A internação de adolescentes/ jovens no Brasil tem sido historicamente aplicada mesmo para adolescentes/jovens cujos atos infracionais foram praticados sem ameaça a outrem. Estas autoras ainda apontam que o Distrito Federal é uma das unidades federativas com maior número de adolescentes e jovens em meio fechado, em proporção à população adolescente local.

4.6. Núcleo de Significação: A falta de articulação intersetorial

Um dos princípios que norteia o atendimento socioeducativo é o da incompletude institucional, conforme o ECA e a Lei do SINASE. O artigo 8º da Lei do SINASE, por exemplo, prevê que o atendimento socioeducativo deve, obrigatoriamente, ocorrer por meio de diversas ações articuladas e colaborativas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte. Este princípio impõe ao atendimento socioeducativo, tanto em meio aberto quanto em meio fechado, a necessidade de ações integradas por diversos setores, que sejam norteadas pela intersetorialidade, interdependência, articulação, planejamento coletivo e relações dialógicas (ALBUQUERQUE, 2015).

No entanto, os relatos dos socioducadores entrevistados evidenciam a falta de articulação intersetorial no campo da Socioeducação, o que acaba prejudicando as ações desenvolvidas na UAMA do Paranoá. Uma única ação socioeducativa isolada, não acompanhada de outras políticas públicas que garantam o acesso do adolescente a seus direitos básicos, não dá conta de promover o desenvolvimento integral do socioeducando. A equipe do Projeto cita a importância de que os equipamentos das políticas públicas de educação, esporte, segurança pública e saúde do território da UAMA participem do atendimento socioeducativo ofertado aos adolescentes/ jovens, às suas famílias e à sua comunidade. Mesmo quando convidados para

colaborar nas atividades desenvolvidas pela equipe da UAMA, os atores destas políticas têm se furtado da participação em rede, o que prejudica a proteção integral dos adolescentes/ jovens atendidos e dificulta a promoção de novas possibilidades de desenvolvimento.

“Então, assim, o acompanhamento socioeducativo e qualquer prevenção ao cometimento do ato infracional, de ato, né, precisa vir acompanhado de um conjunto maior de políticas. Sem dúvidas. É muito falido do sistema educacional. É muito falida a oferta de atividades para que esses meninos se ocupem, que possam repensar o mundo, né? Em si mesmo. E, aí, eles ficam muito ociosos, vulneráveis” (Clarice, socioeducadora do Projeto).

“Mas, poderia ser uma atividade muito mais qualificada. Uma Secretaria de Esporte, por exemplo, ao meu entender, tinha obrigação de disponibilizar material, comunicação. Quando eu faço os campeonatos, a gente, o Projeto faz os campeonatos. Por exemplo, a gente divulga para a Acessoria de Comunicação (ASCOM), do setor de comunicação, que chama ASCOM da nossa Secretaria. E, em uma única ocasião, já vamos para o sexto torneio, veio alguém tirar uma foto. A gente tem que fazer toda a veiculação, a divulgação... Então, isso é meio, assim, incongruente com o país que se preze, com o país do futebol” (Edigaldius, socioeducador do Projeto).

“Aí, posteriormente, com a evolução, a gente começou a ter necessidade de fazer campeonato. No campeonato, a gente fazia o pedido de bombeiro e o bombeiro não ia. A gente fazia a solicitação de Polícia Militar e não ia. Então, assim, a rede em cima não tava cooperando, né? Com isso, a gente fazia a atividade acontecer, independente disso. A gente fez diversos campeonatos acontecer, né? E, nessa de fazer o campeonato acontecer, teve adolescente que já caiu de cabeça e a gente... E, ao longo da caminhada, a gente sempre pensou nessa possibilidade, né? De ter uma um *kit* de primeiros socorros. E isso não tinha. A gente tentou ver com os bombeiros se eles conseguiam, se poderiam doar. Não foi feito doação” (THIAGO, socioeducador do Projeto).

Esta fragilidade da rede de proteção em apoiar o atendimento socioeducativo prestado pela UAMA tende a prejudicar os direitos dos adolescentes/ jovens e das suas famílias e a dificultar a realização de projetos que ajudam a ressignificar a trajetória infracional dos socioeducandos. Segundo Leal e Carmo (2014c), o SINASE e o ECA propõem que as ações educativas devem ser pautadas pela doutrina da proteção integral, que considera que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa é um ser social, um sujeito de direitos, em situação peculiar de desenvolvimento e que deve ser alvo de ações integradas.

No Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, as experiências inovadoras de atendimento socioeducativo, historicamente têm sido realizadas de forma solitária e desarticuladas do ponto de vista intersetorial. Com isso, tendem a esgotar, inclusive

emocionalmente, os profissionais que buscam desenvolver novas práticas. Neste cenário, conforme análises de Arraes e Presotti (2018), se enfraquecem as possibilidades de que a socioeducação, enquanto política pública, ocorra de forma articulada, em um sistema que possa promover o compartilhamento de conhecimentos construídos e a gestão de projetos e recursos de forma mais eficiente e articulada.

O atendimento socioeducativo é uma política de Estado e não uma política de governo. A intersetorialidade é fundamental para a execução das medidas socioeducativas e se efetiva em ações conjuntas dos profissionais do sistema socioeducativo e na oferta de políticas setoriais que possam atender o adolescente e a sua família (MDSA, 2016).

A proteção integral da criança e do adolescente se torna eficaz com a ação complementar das diversas políticas públicas. Sendo assim, as intervenções socioeducativas devem ter o apoio de um conjunto articulado de ações das políticas setoriais. Os órgãos gestores possuem um papel fundamental no fortalecimento da articulação intersetorial, evitando, assim, a descontinuidade das ações e projetos no sistema socioeducativo local (MDSA, 2016). No entanto, muitas ações socioeducativas esbarram na vontade política de alguns agentes públicos:

“Então, olha, inicialmente, porque a gente depende da quadra, né, para desenvolver um projeto de esporte. Depende da quadra poliesportiva. Então, a gente teve (dificuldade). A princípio, porque, como é espaço regido pela administração, a gente conseguiu costurar com uma administração e, depois, foi mudando os administradores. E isso demanda. Um pouco, assim, desgaste. Apesar de não ser o principal. Mas é... porque você tem que estar o tempo inteiro explicando a motivação de precisar daquele horário para fazer a atividade” (CLARICE, socioeducadora do Projeto).

“Então, é muito frágil. (...) Não é uma política mesmo de Estado; é de governo. Que depende de quem está à frente. E, aí, e, aí, pensando na execução meio, (...) a gente teve muita dificuldade. Conseguir lanche. Então, assim, desde olhar até saber que existe um projeto como esse... Porque a gente não tá falando só do projeto em si. Olhar o projeto, mas para as medidas em meio aberto. Aí, tem que ampliar” (CLARICE, socioeducadora do Projeto).

“Recentemente, a gente firmou uma parceria com professores do programa “Esporte à Meia Noite”. São professores da Secretaria de Educação, mas, com eles próprios, que o programa deles está incerto. Então, agora, eles estão na Secretaria de Segurança Pública, mas ameaçados de irem para a Secretaria de Esporte. E, enquanto eles participaram, cerca de 1 ano e meio, quase 2 anos, acho que se pode dizer, foi ótimo! Porque eles passaram a apitar, eles são professores de educação física. Então, eles apitavam os treinos, os jogos, os amistosos. Davam treinos, o aquecimento, conversavam com os meninos. Mas,

uma dificuldade é a permanência. É se tornar uma atividade realmente regular” (EDIGALDIUS, socioeducador do Projeto).

Para que interlocução interinstitucional se concretize, é necessário que sejam estabelecidos formalmente fluxos e protocolos entre os órgãos gestores das políticas setoriais corresponsáveis pela execução das políticas socioeducativas. Essa sistematização viabilizaria a instituição da corresponsabilidade entre as diversas políticas públicas pela garantia dos direitos dos adolescentes/ jovens que cumprem medidas socioeducativas no DF, promovendo a continuidade dos projetos dos programas de atendimento socioeducativo, mesmo com a mudança dos gestores locais (MDSA, 2016).

Outro fato que prejudica o atendimento socioeducativo é o olhar preconceituoso que muitas instituições, que deveriam trabalhar em rede de proteção dos direitos dos adolescentes/ jovens, têm sobre o adolescente autor de ato infracional. A criminalização da pobreza e da adolescência, discutida por Lopes de Oliveira (2016), dificulta a realização de trabalho em rede, uma vez que os diversos atores e organizações que deveriam fazer parte do atendimento socioeducativo se sentem desobrigadas desta participação, por reduzirem o adolescente à sua conduta infracional. Carmo (2015) destaca diversos elementos que caracterizam a nova face do menorismo: a não priorização da política; a negação dos direitos humanos dos adolescentes e jovens; a falta da articulação em rede, que fere o princípio da intersetorialidade; a ausência de acompanhamento e fiscalização da implementação da política; e a onda conservadorismo atual, que tem pedido pelo aumento da penalização de adolescentes/ jovens autores de atos infracionais.

Esta evasiva diante da corresponsabilidade pela garantia de direitos e pela proteção social dos adolescentes/jovens que cumprem medidas socioeducativas pôde ser percebida nas entrevistas com os socioeducadores. Narram que não se sentem incentivados nem apoiados pela rede intersetorial e que, quando realizam encaminhamentos para a rede intersetorial, parece que estão “pedindo um favor”, o que causa sentimentos de cansaço e de frustração:

“Deveria interessar muito, por exemplo, a uma administração, que aqueles jovens que são tidos como potenciais delinquentes ou marginais, ou mesmo quem é da comunidade, um dia poder vir a ser vinculado à unidade, ao programa. Então, o que a administração está oferecendo para a sua juventude? Nós estamos oferecendo uma atividade. Mas nós não sentimos, nós não nos sentimos apoiados, incentivados, a não ser por nós mesmos, pela própria equipe. Nós temos um documentário do Projeto. Tudo isso é a gente que corre atrás, a gente que faz acontecer. Então, de vez em quando, é um pouco cansativo, sabe?

Ter que ficar puxando pela corda o Projeto” (EDIGALDIUS, socioeducador do Projeto).

“Olha, têm muitos encaminhamentos que a gente faz... Parece até que a gente está pedindo um favor, quando é uma corresponsabilidade, né? Que as políticas deveriam ter, na abordagem do adolescente e da adolescente. O problema é que eles não... Existe aquele senso comum, aquela ideia de que, como que eu vou priorizar atendimento de um “peba”, de um adolescente que cometeu ato? Não é justo, não sei o quê. (CLARICE, socioeducadora do Projeto)”

“Por que é interessante ter pessoas da rede? Porque os policiais, estando ali, policiais, bombeiros, eles não iam ter aquele olhar simplesmente pelo, pelas vestes, né? Simplesmente por aquela roupa. Como é que é? Coquete⁵. O conjunto coquete. Que o pessoal fala que é o *kit* peba. Ele teria um, um olhar pro adolescente na atividade. Eles teriam aquele... aquela última visão que eles iam ter não era da apreensão. Ia ser do adolescente ali, exercendo uma coisa a qual está sendo útil para a sociedade e para a comunidade” (THIAGO, socioeducador do Projeto).

Neta *et al* (2015) destacam que o olhar de criminalização da juventude pobre permanece ao longo do tempo e assume ideologicamente que o cometimento do ato infracional está condicionado à vontade do indivíduo, que o problema é dele e somente dele e que ninguém tem nada a ver com isso. Esse pensamento não leva em consideração a fragilidade das políticas públicas e as condições de vida que a população mais pobre é submetida. Frequentemente, a figura do adolescente-violento-criminoso é apresentada nos grandes veículos de mídia de massa, invisibilizando-se o adolescente-criminalizado-violentado, e isentando o Estado de suas responsabilidades com relação aos direitos dos adolescentes/jovens e de suas famílias.

Como o Estado brasileiro tem se portado diante desses fatos? O descumprimento das determinações legais mais do que uma decisão de um gestor local, é “uma opção política realizada pelo Estado brasileiro de manter tais pessoas na invisibilidade, oferecendo o necessário para a sua sobrevivência” (CARMO, 2015 p. 176). Atividades como as ofertadas pelo Projeto Futebol das Quebradas demonstram tensões e disputas pela reorientação das concepções minimalistas do Estado, dentro do cenário socioeconômico atual brasileiro.

A medida socioeducativa, isoladamente, em si, não é capaz de reverter as condições de vida que colaboraram para que o adolescente cometesse um ato infracional. É necessário que

⁵ “conjunto coquete” ou “kit peba”: estereótipo de suspeito construído pelos policiais do Distrito Federal. São normalmente jovens, do gênero masculino, negros, moradores das áreas periféricas e que fazem o uso de roupas e adereços como: bonés, bermudão, camisas de grupos de RAP, colares de prata, tênis ou chinelo e apresentam atitudes de desconfiança ao se depararem com uma viatura policial (NASCIMENTO, 2003, *apud* SUASSUNA, 2008).

seja desenvolvido um trabalho de proteção social em rede, que possibilite o acesso do adolescente (e de suas famílias e comunidades) às diversas políticas públicas que contribuam para o seu processo de desenvolvimento integral, possibilitando ao jovem condições de ser, pensar, conviver, produzir de maneira crítica, responsável e participativa na sociedade (FERNANDES DE SOUZA E ALVES DE SOUZA, 2018) .

4.7. Núcleo de significação: A importância do Projeto “Futebol das Quebradas” para o desenvolvimento dos adolescentes/ jovens e para o atendimento socioeducativo

Outro aspecto importante do Projeto “Futebol das Quebradas” está relacionado ao desenvolvimento social e emocional dos adolescentes/ jovens atendidos, mediado pela participação nas atividades do Projeto. Os relatos dos adolescentes/ jovens entrevistados trazem importantes indicadores empíricos a este respeito, quando afirmam que o Projeto os ajudou a reformular “pensamentos ruins”, a aumentar sua percepção de autoeficácia, e a se sentirem apoiados, ajudados e incentivados a descobrir suas potencialidades.

“Porque eu ia fazer o negócio lá da jardinagem. Mas, eu pensei comigo, “não, eu vou ficar no futebol, porque é uma coisa que eu gosto”. Me ajudou bastante. Eu fiquei com aqueles pensamentos, eu tava com uns pensamento muito ruim. Aí, me ajudou a tirar esses pensamento” (ROBINHO, adolescente do Projeto).

“Ajuda. Porque eles incentiva e também nos ajuda pra poder ir. Para ver se a gente consegue conquistar” (JAMES, adolescente do Projeto)

“Tipo, talvez, se eu não tivesse vindo pra cá, nem sabia onde eu tava. Andando aí no mundo” (RIAN, adolescente do Projeto).

“Ixe! E muito! Praticamente, eu acho que uns 90%, ou tudo, eles me ajudando, me dando apoio. Todo dia treinando aqui. E ia lá em casa e me buscava e treinava lá no parque da cidade” (WILL SMITH, adolescente do Projeto).

Mendes (2018) destaca que uma das maneiras oportunizar condições favoráveis à mediações de desenvolvimento é por meio de espaços de mediação, planejados para que os adolescentes/jovens possam se relacionar entre si, com a equipe socioeducativa e com o próprio contexto social no qual estão inseridos, de forma a poderem desenvolver processos de conscientização. A participação no Projeto “Futebol das Quebradas”, progressivamente, faz com

que muitos adolescentes/ jovens percebam que, para poderem participar melhor da atividade, precisam cuidar da saúde e mudar alguns hábitos como pode ser observado na fala de um dos socioeducadores:

“Esse momento inicial, ele é fundamental. E, aí, os meninos quando vão e vê que realmente tem a necessidade de parar de fumar, de estar investindo em si mesmo, né? E eles começam a fazer isso. Eles começam a deixar de beber, deixar de fumar, ir pros frevos, por conta do futebol. Se eles querem fazer uma coisa melhor” (THIAGO, socioeducador do Projeto).

“a gente faz o recreativo, inicialmente. Aí, depois, a gente vai mostrando para ele o quanto é importante, o quanto que ele melhorou, o quanto que ele tá. “O seu futebol hoje foi massa!”. “Parabéns! A sua atuação foi legal!”. “Está finalizando bem!”. Então, a gente empoderar eles durante a atividade faz com que realmente a atividade fica potencializada. Não simplesmente o adolescente. O adolescente é um dos beneficiados, mas também a atividade fica mais potencializada” (THIAGO, socioeducador do Projeto).

As regras das modalidades de variados esportes podem ajudar no desenvolvimento de valores, como respeito, solidariedade, equilíbrio, diversidade e tolerância. O esporte também estimula a competição saudável e o respeito ao adversário e favorece, dessa forma, uma convivência social pacífica, contribuindo para fortalecimento dos vínculos entre os participantes. Além disso, em contextos de grande vulnerabilidade social, as práticas esportivas garantem o acesso a espaços que favorecem a convivência comunitária (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014). Estes benefícios, subjetivos e comunitários, proporcionados pelos esportes nos dão subsídios para a defesa da relevância de projetos como o “Futebol das Quebradas” no campo da socioeducação.

4.8. Núcleo de significação: A construção coletiva e participação ativa dos adolescentes/ jovens

O Projeto “Futebol das Quebradas” é de construção coletiva e conta com a participação de todos os adolescentes/jovens e da equipe socioeducativa para a sua manutenção. Para tanto, são realizadas assembleias e rodas de conversa frequentes. Os adolescentes/ jovens são convidados a serem protagonistas nas diversas ações do Projeto, como: a participarem da construção das regras das atividades, a serem fiscais das regras pactuadas coletivamente, a

opinarem sobre as melhores formas de se conduzir as atividades e a ajudar na organização dos torneios de futebol.

“A gente começou sempre com aquele desafio de: “cara, será que vai dar certo?” “como é que vai ser?”. Até pensando no controle de construção de regras e tal. E a gente, eu acho que foi muito sábio em pensar esse caminho, a construção desse caminho. Porque foi com eles, a partir, né, da participação deles, que a gente foi construindo as regras” (CLARICE, socioeducadora do Projeto).

“Enfim, diversas questões que a gente foi trabalhando com os meninos em assembleias e definindo regras, das quais eles não só participam como formadores da regra, mas fiscais da execução do cumprimento da regra” (EDIGALDIUS, socioeducador do Projeto).

“Que nem quando a gente tem o campeonato. No campeonato, muitos dos meninos, ao qual estão no futebol, fazem parte da execução do campeonato. Tanto na prática, no placar, fica marcando os placar lá. Outros ficam pegando a bola, né, com colete. Outros organizam o uniforme. Uma das maneiras, uma das maneiras, também, encontradas para eles darem o retorno para comunidade” (THIAGO, socioeducador do Projeto)

Rodrigues, Lopes de Oliveira e Yokoy de Souza (2014b) destacam a importância de mobilizar os jovens para ações sociais significativas, que evidenciem o seu comprometimento com a solução de problemas enfrentados pela comunidade e que possam fazer a diferença na busca da qualidade de vida em sociedade. O ativismo social dos adolescentes/jovens e jovens é uma importante ferramenta para a construção de valores pró-sociais, para a inclusão social e prevenção à infração juvenil, contribuindo também para reinserção comunitária dos adolescentes/jovens egressos do sistema socioeducativo.

De acordo com Rodrigues, Lopes de Oliveira e Yokoy de Souza (2014b, p. 163), cada indivíduo ou grupo sente e expressa a sua participação social de uma maneira, a partir dos “sentidos que constrói e com as relações que estabelece com cada agrupamento humano no qual se sente inserido e corresponsável, a exemplo da família, escola, comunidade e sociedade”. Para o adolescente autor de ato infracional, a construção da percepção de se sentir parte responsável pela coletividade pode encontrar dificuldades, tendo em vista que, na maioria das vezes, esses adolescentes/ jovens são vítimas da exclusão social e da criminalização. Estes dispositivos tendem a privar os adolescentes/jovens de experiências que favoreçam o seu desenvolvimento integral.

A criação de espaços institucionais que estimulem a participação dos adolescentes/jovens no desenvolvimento de valores democráticos é importante para a construção de uma juventude proativa e atuante, de acordo com as mesmas autoras, citadas acima O “Futebol das Quebradas” tem proporcionado para os adolescentes/jovens experiências de alternância de papéis e responsabilidades com o grupo, em que podem vivenciar experiências democráticas e participativas em processos de tomada de decisão e de gestão do Projeto, o que ajuda a consolidar o protagonismo juvenil dos adolescentes/ jovens atendidos:

“A gente sempre distribui os meninos para que todos joguem. Mesmos os reservam entram nos jogos. Se não tem goleiro, a gente se alterna no gol. Se falta juiz, alguém para apitar, a gente mesmo apita, os meninos de vez em quando também apitam. Então, os meninos estão cada vez mais, via assembleias, onde eles são envolvidos. São rodas de conversa. Sempre que a gente precisa tomar uma decisão, não é vertical. É uma decisão participativa. É uma gestão participativa do Projeto, né?” (EDIGALDIUS, socioeducador do Projeto).

Lopes de Oliveira *et al* (2018) asseveram que, no contexto do atendimento socioeducativo, o grupo funciona como dispositivo dialógico, o que diverge das alternativas mais tradicionais (atendimentos individuais, com o exclusivo objetivo de acompanhamento), nas quais os objetivos das atividades são preestabelecidos sem a participação dos adolescentes/jovens. Os adolescentes/ jovens devem ser chamados a participar ativamente das propostas de trabalho em grupo, nas quais os objetivos, as regras, as formas de condução, vão sendo construídas no decorrer do processo. A abordagem de metodologias grupais no campo do atendimento socioeducativo desenvolve nos adolescentes/ jovens valores como a proatividade, empatia e sensibilidade, o que favorece seus processos de desenvolvimento.

4.9. Núcleo de Significação: Lanche ou “resenha”

O “Futebol das Quebradas” é feito por momentos, identificados a partir das observações participantes. O momento inicial, em que o jovem chega à quadra e encontra os seus amigos e a equipe socioeducativa, é seguido pelo momento do aquecimento, em que, além das atividades de alongamento, a equipe socioeducativa promove conversas sobre as atividades anteriores ou assuntos que considerem importantes para a promoção do desenvolvimento do adolescente. Nesse momento, também, os adolescentes/jovens são convidados a participarem da construção e da manutenção das atividades do Projeto. Após o alongamento, começa a parte tão

esperada por todos os adolescentes/jovens, quando eles vão, de fato, poder jogar *futsal*. As equipes de futebol são divididas. Quem não começou jogando aguarda a sua vez nas arquibancadas da quadra e fica de olho em tudo que está acontecendo nos jogos. A atividade é encerrada com um lanche coletivo, momento que os adolescentes/jovens e socioeducadores se sentam juntos e, além de lancharem, conversam sobre os mais diversos assuntos.

No futebol, tradicionalmente, esse momento de conversa, partilha e brincadeiras é chamado de “resenha” e é considerado muito importante pelos jogadores, por ser um momento de convívio social. O futebol é um esporte coletivo, mas, muitas vezes, durante o jogo, não há tempo para a conversa e troca de experiências. A resenha, então, surge como esse momento, em que o jogador pode se expressar sobre o que aconteceu em campo, comentar as jogadas, falar com os pares sobre o que eles têm em comum, sobre o futebol e sobre outros assuntos. No “Futebol das Quebradas”, o momento da resenha ocorre durante o lanche, momento em que o vínculo afetivo entre os adolescentes/jovens e a equipe socioeducativa é mais uma vez fortalecido.

Mendes (2018) destaca que a oferta de atividades coletivas e que despertem o interesse e a participação dos adolescentes/ jovens são importantes ferramentas para o atendimento socioeducativo. O grupo dos que persistem na participação das atividades coletivas vai se fortalecendo com o passar do tempo. São criados vínculos entre os adolescentes/jovens e entre eles com a equipe socioeducativa. Esses laços afetivos criados durante a realização das atividades coletivas contribuem para a ressignificação das relações sociais e do espaço da medida socioeducativa.

Essa criação de vínculos e relação de afeto entre os adolescentes/jovens e a equipe do “Futebol das Quebradas” é fortalecida pelo tipo de atividade ofertada pelo Projeto. Para os socioeducadores entrevistados, o futebol aproxima as pessoas e desfaz muros que, muitas vezes, foram construídos pelos adolescentes jovens para se protegerem das diversas violências que eles sofreram ao longo das suas trajetórias de desenvolvimento. As mediações sociais e afetivas possibilitadas pela maior horizontalidade nas relações interpessoais no espaço comunitário em que o futebol se desenvolve, em comparação com as práticas mais tradicionais de atendimento socioeducativo, parecem ajudar na formação de vínculos de confiança e respeito entre socioeducadores e adolescentes/jovens. Estes novos vínculos, experienciados durante o Projeto, podem ser generalizadas para outros contextos de desenvolvimento destes adolescentes/ jovens, como as suas famílias, por exemplo.

“Mas, com certeza, o fato de ter trabalhado isso na internação, eu vi o quanto alcança. Foi onde eu percebi um lugar ali. Até da relação do profissional com adolescente. Que essa linguagem, ela facilita, sabe, o vínculo. Facilita, dá abertura. Talvez, até quebra aquela relação do jovem de achar que é, que, às vezes, até rola em uma conversa que as palavras, às vezes, limita demais né? A oralidade. Os conceitos. Eles se acharem, assim, menores. E, aí, essa linguagem é onde eles se sentem tão empoderados, porque eles dominam, em especial, a do futebol” (CLARICE, socioeducadora do Projeto).

“No meu caso específico, eu jogo com os meninos. Eu tenho 48 anos de idade, eu gosto de futebol, eu jogo 2 vezes por semana, 3, né? Agora com o Projeto, 3. Mas, eu procuro jogar com eles. Então, é uma relação muito direta. Eu visto o colete suado, entendeu? Do time que perdeu. Porque eu estou entrando e estou querendo ganhar para ficar em campo. Então, é uma relação próxima, eu diria. Assim, respeitosa e próxima” (EDIGALDIUS, socioeducador do Projeto).

“Eu acho que a relação com os meninos, ela quebra um pouco. Até porque a gente sai desse lugar comum da unidade e vai para o espaço da comunidade. Então, eu acho que tem um espaço mais neutro e, aí, a relação também, ela acaba sendo mais leve. Então, com isso, a gente desenvolve mais confiança, né? Até eles esquecem que tem uma dimensão judicial, me parece, ser. E, aí, tem uma coisa que... que esses projetos trazem muito, assim. Eu acho que para ambos, os pares que participam. Que é a relação de afeto, né? Que isso daí não é levar para dimensão maternal não. Eu odeio isso. A gente aqui, no trabalho, eu acho que isso não é bom numa relação profissional. Mas, o afeto, ele é... acho que ele conseguindo se desenvolver. Nessa perspectiva mesmo de até cidadania. Ele (o afeto) não é ruim” (CLARICE, socioeducadora do Projeto).

“Depois, quando começou a ter esse vínculo, né, de atendimento lá, na quadra coberta, mais meninos fizeram o cumprimento de medida. A gente vê a potencialidade da atividade. Automaticamente, uma coisa tá ligada na outra. A atividade sendo bem sucedida lá, a conversa boa com o especialista, em casa não é diferente. Ele começa a ouvir mais a mãe, começa a ter esse retorno positivo familiar. Então, fez toda essa diferença” (THIAGO, socioeducador do Projeto).

As relações baseadas no respeito, confiança e afeto entre a equipe os adolescentes/jovens também ficaram evidenciada na fala dos adolescentes/ jovens entrevistados, que narram se sentirem apoiados e ajudados pela equipe socioeducativa e ressaltaram a importância dos vínculos construídos durante a realização do Projeto:

“Não tenho nada a falar deles não. Me ajudaram bastante. Me apoiaram. Falaram que a vida não era só o corre, correria não. Me ajudaram, me apoiaram bastante” (RIAN, adolescente do Projeto).

“Das melhores. Eu conheço todo mundo, me dou bem com todo mundo. Todo mundo me ajudou aqui. Não tenho que reclamar nada de ninguém. Teve uma vaquinha aí, para eu ir lá para o Paraná e tudo. Eles fizeram isso. Eles fizeram várias coisas. Só tenho a agradecer a eles” (WILL SMITH, adolescente do Projeto).

“Ah, minha relação é boa, também. Conheço todos. É uma amizade já”. (CHICO DA SILVA, adolescente do Projeto).

A boa qualidade das relações interpessoais dentro do Projeto “Futebol das Quebradas” cria um ambiente saudável para o desenvolvimento social e emocional dos adolescentes/ jovens, uma vez que eles se sentem seguros para dialogar sobre assuntos variados, tanto no contexto do grupo, como em conversas individuais com o socioeducador com quem tem mais proximidade. A linguagem do futebol também parece empoderar os adolescentes/ jovens atendidos no Projeto, pois envolve práticas sociais com que eles costumam já terem familiaridade e competência. Além disso, o momento do lanche ou da resenha fortalece as relações sociais e amplifica suas possibilidades de trocas e diálogos construtivos em um ambiente lúdico, saudável, afetivo e em que se sentem seguros, protegidos e apoiados.

Após a apresentação e discussão dos resultados que foram construídos nesta pesquisa, encerramos nossas reflexões com uma seção de Considerações Finais, com uma síntese dos principais destaques identificados na pesquisa, às limitações teóricas e metodológicas da pesquisa, além de sugestões para futuras atividades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, foram analisadas as significações do Projeto “Futebol das Quebradas”, desenvolvido por uma UAMA do DF. As atividades do Projeto envolvem uma gestão participativa, construída pela equipe de socioeducadores, adolescentes/jovens da comunidade e adolescentes/jovens que cumprem/cumpriram medidas socioeducativas.

Ao longo da pesquisa, evidenciamos a importância de atividades e projetos como o “Futebol das Quebradas” para o desenvolvimento integral de adolescentes/ jovens que cumprem medidas socioeducativas, suas famílias e comunidades. Destacamos que a formação de vínculos de confiança, afeto e proteção entre equipe socioeducativa e adolescentes/jovens e que as experiências coletivas, democráticas e participativas são importantes diferenciais do Projeto “Futebol das Quebradas”, em comparação a outros projetos que também atuam com esporte em diferentes programas de atendimento socioeducativo.

O atendimento socioeducativo é uma política de Estado e não de governo; desse modo, não deve ficar condicionado às vontades dos gestores locais. Considerando que o Projeto necessita de articulação com administração regional, com as secretarias de diversas políticas públicas (ex: do esporte, de segurança pública, de Justiça), sugere-se que a intersetorialidade e o princípio de incompletude institucional sejam respeitados e que o trabalho em rede entre os diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos seja aperfeiçoado. Isso é necessário para que os programas de atendimento socioeducativo contribuam de modo significativo para o processo de desenvolvimento integral dos adolescentes/ jovens atendidos, possibilitando-lhes melhores condições de ser, pensar, conviver e produzir, de maneira crítica, responsável e participativa na sociedade.

A pesquisa reafirma a necessidade de um olhar mais cuidadoso e maiores investimentos para os programas de atendimento socioeducativo desenvolvidos em meio aberto, como os que executam as medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. É importante que esses programas sejam contemplados com orçamentos próprios, recursos humanos e materiais suficientes e adequados para a execução das suas atividades.

Sugere-se que outros estudos também possam dar maior visibilidade a práticas de atendimento socioeducativo inovadoras e que promovam desenvolvimento humano, em contraposição a imagens da mídia de massa que criminalizam a juventude e a pobreza e que

desqualificam o campo da Socioeducação. A visibilidade dessas práticas inovadoras pode contribuir para um novo olhar da sociedade sobre as adolescências brasileiras e sobre os adolescentes/jovens que cumprem medidas socioeducativas.

A identificação com o futebol foi a primeira afinidade encontrada pelos adolescentes/jovens participantes do Projeto, equipe do Projeto e a pesquisadora; a partir dela, o vínculo de confiança foi sendo construído a cada encontro na quadra de esportes. Metodologicamente, é relevante ressaltar a importância de se criar vínculo com os adolescentes/jovens e com a equipe do Projeto, para facilitar a imersão etnográfica nas atividades do Projeto e para a qualidade das análises. Também consideramos importante aperfeiçoar a forma de dar voz aos adolescentes/ jovens participantes do Projeto, para além de entrevistas individuais, valorizando o delineamento coletivo das atividades do próprio Projeto.

Dentre as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da pesquisa, citamos a distância entre o local de realização do Projeto e as limitações com relação ao transporte público, para o acesso ao Projeto. Outra dificuldade encontrada pela pesquisadora foi a necessidade de conciliação entre atividades de trabalho, estudo e pesquisa, o que limitava o tempo para a participação das atividades do Projeto.

Para o futuro, a fim de dar visibilidade ao Projeto Futebol das Quebradas e contribuir para a construção de práticas inovadoras de atendimento Socioeducativo, pretendo apresentar a pesquisa em eventos acadêmico-científicos (ex: Colóquio de Psicologia Escolar, junho de 2019; Simpósio Nacional de Socioeducação, novembro de 2019), além de publicar artigo científico derivado do meu TCC.

Como educadora, posso atuar em diversos contextos educacionais; no entanto, inicialmente, pretendo trabalhar na escola. Recentemente, fiz o concurso para professora temporária da Secretaria Estadual de Educação do Distrito Federal e tenho a possibilidade de ser chamada para dar aula nas séries iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas de Planaltina. Acredito que, ao longo das minhas atividades como professora, poderei contribuir para o desenvolvimento de um olhar para a educação no qual o estudante possa ser o protagonista dos seus processos de desenvolvimento e aprendizagens. Pretendo fazer cursos no campo da Socioeducação, para poder trabalhar nesse contexto educacional, seja como professora ou fazendo parte de equipes de atendimento socioeducativo e, a partir das minhas experiências na prática educativa, fazer um mestrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, W. M. J. DE; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.

AGUIAR, W. M. J. DE; OZELLA, S. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.

ALBUQUERQUE, L. C. R. D. **A Gestão Escolar e o Direito à Educação de Socioeducandos Privados de Liberdade**. 1. ed. Belo Horizonte-MG: Fino Traço, 2015.

ALENCAR, V. Considerações acerca da lei do SINASE. In: PAIVA, I.L; SOUZA, C.; RODRIGUES, D.B (org.). **Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo**. Natal, RN: EDUFRN, 2014. p. 49-58.

ALVES, V. A escola e o adolescente sob medida sócio-educativa em Meio Aberto. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, v. 3, p. 23-35, 2010.

ARAÚJO, C. M. de; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. **Educação em Revista**, v.26, n.3, p. 169-194, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n3/v26n3a09.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

ARAÚJO, E.; ET AL. A inserção escolar dos adolescentes em conflito com a lei: articulações em rede e a construção de possibilidades. In: Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte (org.). **Desafios da Socioeducação: responsabilização e integração social de adolescentes autores de atos infracionais**. Belo Horizonte: CEAF, 2015. p.83-91.

ARRAES, D. J.; PRESOTTI, L. Muitas cenas de uma história em movimento: o cineclube como mediação no trabalho com adolescentes. In: BISINOTO, C.; RODRIGUES, D. S. (org.). **Socioeducação: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes**. Curitiba: CRV, 2018. p. 107-119.

BISINOTO, C. ET AL. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.20, n.4, p. 575-585, out/dez. 2015.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Brasília-DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.594, 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 05 de fev. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 05 de fev. 2019.

CAMPOS, H. R.; CAVALCANTE, C. P. O adolescente e o estatuto jurídico: transgressão e lei no Brasil. *In*: PAIVA, I.L.; SOUZA, C.; RODRIGUES, D.B (org.). **Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo**. Natal, RN: EDUFRN, 2014. p. 33-48.

CAMPOS, H. R.; PAIVA, I. L. de. Intervenção multidisciplinar e construção da concepção socioeducativa. *In*: BISINOTO, C.; RODRIGUES, D. S. (org.). **Socioeducação: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes**. Curitiba: CRV, 2018. p. 121-135.

CARMO, M. F. **A nova face do menorismo: o extermínio da condição de sujeito de direitos dos adolescentes e jovens em medida socioeducativa de internação no Distrito Federal**. 2015. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19725/1/2015_MarluciaFerreiraCarmo.pdf. Acesso em: 27 jun. 2019.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **Perfil e Percepção social dos adolescentes em medidas socioeducativas do Distrito Federal**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2013. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Perfil-e-percep%C3%A7%C3%A3o-social-dos-adolescentes-em-medida-socioeducativa-no-Distrito-Federal.pdf>. Acesso em: 15 de mar. 2019.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2018 – Paranoá**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Parano%C3%A1.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.

DIAS, A. F. Entre sociabilidade e movimentos de resistência: o significado da educação escolar para jovens autores de ato infracional. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 1, p. 70-87, mai. 2013.

DISTRITO FEDERAL. **Instrução Normativa, nº 01, de 24 de outubro de 2016**. Dispõe sobre a execução direta da medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade no âmbito da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Diário Oficial do Distrito Federal. Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/10_Outubro/DODF%20202%2025-10-2016/DODF%20202%2025-10-2016%20SECAO1.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

DUARTE, N. S. DE; FERNANDES DE SOUZA, C. R. A prática pedagógica e os direitos humanos: participação e corresponsabilidade na práxis docente. *In*: OLIVEIRA, C.B.E.;

MOREIRA, P.C.B. (org.). **Docência na socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. p. 275-287.

FERNANDES DE SOUZA, C. R. Os desafios da escola e seus profissionais frente a dupla face das medidas socioeducativas. In: OLIVEIRA, C.B.E.; MOREIRA, P.C.B. (org.). **Docência na socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. p. 229-244.

FERNANDES DE SOUZA, C.R.; ALVES DE SOUZA, L. Oficina de projeto de vida: dando sentido ao PIA. In: BISINOTO, C.; RODRIGUES, D. S. (org.). **Socioeducação: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes**. Curitiba: CRV, 2018. p. 137-152.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Projeto Juventude e prevenção da Violência. Diretrizes para projetos de prevenção à violência entre jovens**. In: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2014. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Diretrizes_p_rojetos_prevencao_violencia_entre_jovens_2014.pdf. Acesso em: 05 abr. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Projeto Juventude e Prevenção da Violência. Cidade e espaços públicos**. In: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2010. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Cartilha_tematica_cidade_espacos_publicos_SD.pdf. Acesso em: 25 mar. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas Da Violência 2018. Rio de Janeiro, 2018**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 10 de abr. 2019.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 90-113.

LARROSA, J. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. In: Revista Brasileira de Educação, n.19,2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LEAL, M. L.; CARMO, M. F. Os direitos humanos dos adolescentes: os tratados internacionais e a legislação brasileira. In: OLIVEIRA, C.B.E.; MOREIRA, P.C.B. (org.). **Docência na socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014a. p.181-194.

LEAL, M. L.; CARMO, M. F. O Sistema de Garantia de Direitos e o Paradigma da Proteção Integral do Adolescente. In: OLIVEIRA, C.B.E.; MOREIRA, P.C.B. (org.). **Docência na socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014b. p.195-204.

LEAL, M.L.; CARMO, M. F. Bases e Fundamentos da Socieducação: O Sistema Socioeducativo no Brasil. *In: OLIVEIRA, C.B.E.; MOREIRA, P.C.B. (org.). **Docência na socioeducação***. Brasília: Universidade de Brasília, 2014c. p. 205-223.

LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. A ação socioeducativa no contexto da justiça juvenil: Interlocução com a Psicologia Escolar. *In: VIANA, M. N.; FRANCISCHINI, R. (org.). **Psicologia escolar: que fazer é esse***. BRASÍLIA: CFP, 2016. p. 126-139.

LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S.; *ET AL.* Dispositivos dialógicos e medicionais: subsídios metodológicos para práticas críticas em socioeducação. *In: BISINOTO, C.; RODRIGUES, D. S. (org.). **Socioeducação: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes***. Curitiba: CRV, 2018. p. 137-152.

MARQUES, L. R. **Atividades Experimentais no Ensino de Química: uma Proposta Didática no Contexto da Socioeducação**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

MENDES, A. C. M. A escola e o trabalho em rede: construindo redes internas e explorando a rede de proteção social. *In: OLIVEIRA, C.B.E.; MOREIRA, P.C.B. (org.). **Docência na socioeducação***. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. p. 293-308.

MENDES, A. C. M. Câmera na mão e novas ideias na cabeça: oficina de cinema na medida socioeducativa em meio aberto. *In: BISINOTO, C.; RODRIGUES, D. S. (org.). **Socioeducação: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes***. Curitiba: CRV, 2018. p. 29-41.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (MDSA). **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Brasília, DF, 2016.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS (MDH). **Levantamento Anual SINASE 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

NETA, F. T. de B.; *ET AL.* Uma análise crítica de propostas de Emendas Constitucionais para a Redução da Maioridade Penal. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, v.13, p. 287-317, 2015.

OLIVEIRA, M. R. DE. Dimensões de esporte, da cultura e do lazer no atendimento socioeducativo: direitos a serem assegurados e ferramentas de socioeducação. *In: Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte (org.). **Desafios da Socioeducação: responsabilização e integração social de adolescentes autores de atos infracionais***. Belo Horizonte: CEAF, 2015. p.93-107.

OLIVEIRA, P. L. DE.; CAIXETA, J. E. RAP, Língua Portuguesa e Socioeducação. *In: CAIXETA, J. E.; SOUSA, D. A.; SANTOS, P. (org.). **Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempo de inclusão***. Curitiba, PR: CRV, 2015. p. 223-242.

PAES, P. C. D.; SILVA, R. de S. A emancipação humana e o caráter alienante das atividades socioeducativas. *In*: BISINOTO, C.; RODRIGUES, D. S. (org.). **Socioeducação: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes**. Curitiba: CRV, 2018. p. 73-86.

RODRIGUES, D. S.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C.; YOKOY DE SOUZA, T. O Estigma do “Menor-Objeto” e a criminalização da Adolescência no Brasil. *In*: OLIVEIRA, C. B. E.; MOREIRA, P. C. B. (org.). **Docência na socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014a. p.147-160.

RODRIGUES, D. S.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C.; YOKOY DE SOUZA, T. Participação política juvenil. *In*: OLIVEIRA, C.B.E.; MOREIRA, P.C.B. (org.). **Docência na socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014b. p. 161-176.

SANTOS, B. A. L. dos; *ET AL*. O que eu preciso para viver? Concepções de adolescentes em internação. *In*: CAIXETA, J. E.; SOUSA, D. A.; SANTOS, P. (org.). **Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempo de inclusão**. Curitiba, PR: CRV, 2015. p. 273-286.

SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA DO DISTRITO FEDERAL (SECRIANÇA). **Anuário do Atendimento Socioeducativo Inicial no Núcleo de Atendimento Integrado – NAI/UAI-DF 2017**. Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.crianca.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/12/ANU%C3%81RIO-NAI-2017-FINAL-14-12-2018.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE (SECRIANÇA). **I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal – I PDASE**. Brasília, Governo de Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.crianca.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Plano-Decenal-de-Atendimento-Socioeducativo-do-DF.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SUASSUNA, R. F. A consideração do risco criminal nas práticas policiais militares. *In*: 32º Encontro Anual da ANPOCS. **Grupo de trabalho n. 05: Conflitualidade social, administração da justiça e segurança pública**. 2008. Caxambu, MG. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/32-encontro-anual-da-anpocs/gt-27/gt05-25/2315-rodrigossuassuna-a-consideracao/file>. Acesso em: 06 jun. 2019.

UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO PARANOÁ (UAMA DO PARANOÁ). **Reinventando o atendimento socioeducativo: Relatório de Gestão da UAMA Paranoá**. Unidade de Atendimento em Meio Aberto, Paranoá, 2018a.

UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO PARANOÁ (UAMA DO PARANOÁ). **Projeto Básico de Prática Qualificada Desporto-Recreativa 2018**. Unidade de Atendimento em Meio Aberto, Paranoá, 2018b.

VALENÇA, D. A.; LIMA, D. de F.; PAIVA, I. L. de. A redução da maioria penal: entre a política pública e a barbárie. *In*: PAIVA, I.L.; SOUZA, C.; RODRIGUES, D.B (org.). **Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo**. Natal, RN: EDUFRN, 2014. p. 59-78.

YOKOY DE SOUZA, T. Y. de, BRANCO, A. M. C. U. DE A. E LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos históricos e tendências atuais. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 357-376, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v20n2/04.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

YOKOY DE SOUZA, T.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C.; RODRIGUES, D. S. Adolescência como Fenômeno Social. *In*: OLIVEIRA, C.B.E.; MOREIRA, P.C.B. (org.). **Docência na socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014a. p. 119-130.

YOKOY DE SOUZA, T.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C.; RODRIGUES, D. S. Contextualização Socioeconômica das Adolescências Brasileiras. *In*: OLIVEIRA, C.B.E.; MOREIRA, P.C.B. (org.). **Docência na socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014b. p.131-145.

YOKOY DE SOUZA, T.; LOPES DE OLIVEIRA; RODRIGUES, D. **Adolescência e juventude: questões contemporâneas**. Módulo I do curso Núcleo Básico em Socioeducação. Brasília, DF: Escola Nacional de Socioeducação, Universidade de Brasília, 2015.

YOKOY, T. & OLIVEIRA, M. C. S. L. DE. Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 3, n.1, p. 85-95, ag. 2008.

APÊNDICES

Apêndice A – Autorização Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios



Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VEMSE
Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal

SGAN 909, Módulos D/E | CEP 70790-090 – Brasília-DF
(61) 3103 3364 | 3103 0307 | vemse@tjdft.jus.br

AUTORIZAÇÃO

Autorizo ANE CAROLINE LIMA, aluna do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB), a visitar e realizar pesquisa na Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá (UAMA do Paranoá), a fim de subsidiar a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso, sob orientação da Profa. Dra. Tatiana Yokoy de Souza.

A pesquisa é intitulada *Futebol nas Quebradas: a ressignificação da trajetória de adolescentes em Liberdade Assistida* e envolve a realização de observações etnográficas dos encontros do projeto “Futebol das Quebradas”, desenvolvido na UAMA do Paranoá, e entrevistas semiestruturadas, registradas apenas por áudio, com 5 adolescentes/jovens atendidos na UAMA. Os entrevistados serão selecionados a partir de indicação de equipe de atendimento socioeducativo.

Como benefícios da pesquisa, esperamos contribuir para construir subsídios que norteiem novas práticas pedagógicas junto a adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas, orientadas para a promoção de processos de desenvolvimento de adolescentes e jovens.

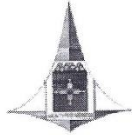
As visitas deverão ser agendadas previamente com a direção da Unidade e a aluna se compromete a respeitar, no que couber, as orientações elaboradas pela Seção de Comunicação Institucional da Vara da Infância e da Juventude, anexas, bem como a utilizar os dados obtidos exclusivamente para subsidiar sua pesquisa, sem divulgação sob outra forma.

Ressalvo, ainda, que deverão sempre ser respeitados a voluntariedade dos(as) socioeducandos(as) e profissionais em participar da pesquisa, bem como o disposto no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais de crianças e adolescentes, e no art. 143 do já citado diploma legal, que dispõe sobre a vedação à divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

Brasília-DF, 29 de março de 2019.

LUANA LOPES SILVA
Juíza de Direito Substituta

Apêndice B – Autorização Subsecretaria do Sistema Socioeducativo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação das Unidades de Atendimento em Meio Aberto

Autorização SEI-GDF - SEJUS/SUBSIS/COORDEMA

Autorização para realização de pesquisa de campo.

Informamos que fica autorizada a realização de pesquisa de campo no âmbito das Medidas Socioeducativas de Internação, na Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá, da Pesquisadora **ANE CAROLINE LIMA**, sob a orientação da Professora Doutora Tatiana Yokoy de Souza. A Pesquisa intitulada ***“Futebol nas Quebradas: a ressignificação da trajetória infracional de adolescentes em Liberdade Assistida”*** da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília tem como objetivo contribuir para construir subsídios que norteiam novas práticas pedagógicas junto a adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa, orientadas para a promoção de processos de desenvolvimento de adolescentes e jovens. Os objetivos específicos são:

1. Analisar as legislações e normativas vigentes que dizem respeito às medidas socioeducativas no país;
2. Analisar perfil dos jovens/adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Distrito Federal;
3. Conhecer o atendimento socioeducativo destinado aos adolescentes/jovens no Distrito Federal e na Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá; e
4. Discutir práticas socioeducativas, a exemplo do Projeto “Futebol das Quebradas”, que potencialmente podem contribuir para a ressocialização de adolescentes/jovens que cumprem medidas socioeducativas no Distrito Federal.

Serão realizadas observações etnográficas dos encontros do projeto “Futebol das Quebradas” e entrevistas narrativas semiestruturadas, registradas apenas por áudio, com adolescentes/jovens que cumprem medidas socioeducativas e socioeducadores envolvidos com o Projeto. As observações serão registradas por meio de notas em diário de campo e as entrevistas serão registradas apenas por áudio em gravador digital.

A pesquisa será realizada entre os meses de março a julho de 2019. A pesquisadora deverá entrar em contato com a responsável pela Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá pelo telefone 3369.4967 ou 3369.5820 ou e-mail uamaparanaitapoa@gmail.com para devido agendamento.

Por oportuno, solicitamos que todo material coletado seja utilizado somente na pesquisa acadêmica, garantindo o anonimato dos participantes e o sigilo das informações prestadas. Solicitamos ainda, que, as entrevistas sejam acompanhadas de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Respeitosamente,

Kelly Cristina Tavares
Coordenadora de Meio Aberto
Matrícula: 197.955-8

De acordo,
Demontie Alves Batista Filho
Subsecretário do Sistema Socioeducativo
Matrícula: 173.040-1



Documento assinado eletronicamente por **KELLY CRISTINA TAVARES - Matr.0197955-8**,
Coordenador(a) de Unidade de Atendimento em Meio Aberto, em 09/04/2019, às 11:17,
conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial
do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DEMONTIE ALVES BATISTA FILHO - Matr.0173040-1**,
Subsecretário(a) do Sistema Socioeducativo, em 09/04/2019, às 17:14, conforme art. 6º do
Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal
nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **20720119** código CRC= **39810C95**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SSAAN Qd. 01 Bloco C Comércio Local s/n. - Bairro Asa Norte - CEP 70632-100 - DF
3213-0670

00400-00014759/2019-11

Doc. SEI/GDF 20720119

Apêndice C - Autorização Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá

1

ACEITE INSTITUCIONAL

A Sra. Ana Clara Mendes, supervisora da Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá, está de acordo com a realização da pesquisa “Futebol das Quebradas: a ressignificação da trajetória infracional de adolescentes em Liberdade Assistida”, de responsabilidade da pesquisadora Ane Caroline Lima, estudante de graduação em Pedagogia da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Profa. Dra. Tatiana Yokoy de Souza, do Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, inscrito no Trabalho de Conclusão de Curso.

O estudo envolve a observação participante e a realização de entrevistas narrativas semiestruturadas, com duração estimada em 30 minutos, com socioeducadores, professores do projeto “Esporte à Meia Noite” e/ou com adolescentes e jovens com histórico infracional e que cumprem medidas socioeducativas no DF. A pesquisa terá a duração total de 3 meses, com previsão de início em março de 2019 e término em junho de 2019, sendo que o período de realização de entrevistas com adolescentes engloba um período de 2 meses.

Eu, Ana Clara Mendes, supervisora da Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde 466/2012 e 510/2016. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, 29 de abril de 2019.

Ana Clara M. Mendes

Nome do(a) responsável pela instituição

Ana Clara M. Mendes

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

Ana Clara M. Mendes
Supervisora
Mat.: 195.274-9

Apêndice D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para entrevista com representante da UAMA Paranoá

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA UAMA PARANOÁ

Você está sendo convidado(a) para participar de pesquisa “Futebol das Quebradas: a ressignificação da trajetória infracional de adolescentes em Liberdade Assistida”, sob a responsabilidade da pesquisadora Profa. Dra. Tatiana Yokoy de Souza, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, para fins de Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia. O objetivo geral da pesquisa é analisar as contribuições do projeto “Futebol das Quebradas”, desenvolvido na Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá (UAMA- Paranoá) para a ressignificação da trajetória infracional e para a adesão dos adolescentes ao programa de atendimento socioeducativo de Liberdade Assistida.

É muito importante conhecer a sua opinião! A sua participação se dará por meio da participação em uma entrevista com uma duração estimada de 30 minutos. A entrevista será gravada e seguirá um roteiro semiestruturado. A sua participação é voluntária e não implica em nenhuma forma de remuneração. O único custo envolvido é o investimento do seu tempo em responder às perguntas e se engajar na entrevista.

Como benefícios da pesquisa, esperamos contribuir para construir conhecimentos que subsidiem a construção de práticas inovadoras de atendimento socioeducativo e de uma cultura institucional propriamente educativa. Os potenciais riscos em participar da pesquisa podem envolver possível desconforto sobre alguma temática abordada na entrevista. Para minimizar esta possibilidade, você pode ficar à vontade para desistir da participação a qualquer momento ou para não responder alguma pergunta quando não desejar, sem nenhum prejuízo ou represália.

Para minimizar qualquer desconforto e manter sua privacidade, segurança e conforto em participar da pesquisa, todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. A pesquisadora se compromete a tratar e guardar o material da pesquisa de modo ético e sigiloso. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão guardados em local seguro.

Os resultados da pesquisa serão disponibilizados por meio de Trabalho de Conclusão de Curso e envio de produção acadêmica resultante da pesquisa aos participantes que desejarem conhecer os produtos da pesquisa para a qual contribuíram. Posteriormente, alguns resultados da pesquisa poderão compor materiais como artigos e resumos para eventos científicos, garantindo sempre o anonimato e o sigilo das identidades dos sujeitos e das instituições participantes.

Este projeto foi submetido à aprovação da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal. Se você tiver alguma dúvida com relação ao estudo, direitos do participante ou riscos relacionados ao estudo, a qualquer momento da pesquisa, você pode contatar os pesquisadores via email e/ou telefone: Tatiana Yokoy (yokoy@unb.br; 3107-6211) e Ane Caroline Lima (aclanelima@gmail.com).

Este documento é elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o responsável pela pesquisa e a outra será fornecida a você.

Desde já, agradecemos seu interesse e a sua valiosa contribuição nesse estudo, que pode contribuir para melhorias do atendimento socioeducativo, a partir de contribuições interdisciplinares.

Profa. Dra. Tatiana Yokoy- Universidade de Brasília.

Ane Caroline Lima - Universidade de Brasília.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e poderei modificar a decisão sobre a participação se assim o desejar. Assim, manifesto meu livre consentimento em participar na referida pesquisa, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente à participação no referido estudo, será estabelecida a devida indenização, conforme determina a lei.

Brasília, _____ de _____ de 20____.

Pesquisador(a): Ane Caroline Lima

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Nome do(a) participante: _____

Assinatura do(a) participante: _____

Contato (telefone/email): _____

Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para entrevista com adolescente participante do Projeto

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA ENTREVISTA COM ADOLESCENTE PARTICIPANTE DO PROJETO

Você está sendo convidado(a) para participar de pesquisa “Futebol das Quebras: a ressignificação da trajetória infracional de adolescentes em Liberdade Assistida”, sob a responsabilidade da pesquisadora Profa. Dra. Tatiana Yokoy de Souza, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, para fins de Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia. O objetivo geral da pesquisa é analisar as contribuições do projeto “Futebol das Quebras”, desenvolvido na Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá (UAMA- Paranoá) para a ressignificação da trajetória infracional e para a adesão dos adolescentes ao programa de atendimento socioeducativo de Liberdade Assistida.

É muito importante conhecer a sua opinião! A sua participação se dará por meio da participação em uma entrevista com uma duração estimada de 30 minutos. A entrevista será gravada e seguirá um roteiro semiestruturado. A sua participação é voluntária e não implica em nenhuma forma de remuneração. O único custo envolvido é o investimento do seu tempo em responder às perguntas e se engajar na entrevista.

Como benefícios da pesquisa, esperamos contribuir para construir conhecimentos que subsidiem a construção de práticas inovadoras de atendimento socioeducativo e de uma cultura institucional propriamente educativa. Os potenciais riscos em participar da pesquisa podem envolver possível desconforto sobre alguma temática abordada na entrevista. Para minimizar esta possibilidade, você pode ficar à vontade para desistir da participação a qualquer momento ou para não responder alguma pergunta quando não desejar, sem nenhum prejuízo ou represália.

Para minimizar qualquer desconforto e manter sua privacidade, segurança e conforto em participar da pesquisa, todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. A pesquisadora se compromete a tratar e guardar o material da pesquisa de modo ético e sigiloso. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão guardados em local seguro.

Os resultados da pesquisa serão disponibilizados por meio de Trabalho de Conclusão de Curso e envio de produção acadêmica resultante da pesquisa aos participantes que desejarem conhecer os produtos da pesquisa para a qual contribuíram. Posteriormente, alguns resultados da pesquisa poderão compor materiais como artigos e resumos para eventos científicos, garantindo sempre o anonimato e o sigilo das identidades dos sujeitos e das instituições participantes.

Este projeto foi submetido à aprovação da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal. Se você tiver alguma dúvida com relação ao estudo, direitos do participante ou riscos relacionados ao estudo, a qualquer momento da pesquisa, você pode contatar os pesquisadores via email e/ou telefone: Tatiana Yokoy (yokoy@unb.br; 3107-6211) e Ane Caroline Lima (aclanelima@gmail.com).

Este documento é elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o responsável pela pesquisa e a outra será fornecida a você.

Desde já, agradecemos seu interesse e a sua valiosa contribuição nesse estudo, que pode contribuir para melhorias do atendimento socioeducativo, a partir de contribuições interdisciplinares.

Profa. Dra. Tatiana Yokoy- Universidade de Brasília.

Ane Caroline Lima - Universidade de Brasília.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e poderei modificar a decisão sobre a participação se assim o desejar. Assim, manifesto meu livre consentimento em participar na referida pesquisa, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente à participação no referido estudo, será estabelecida a devida indenização, conforme determina a lei.

Brasília, _____ de _____ de 20____.

Pesquisador(a): Ane Caroline Lima

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Nome do(a) participante: _____

Assinatura do(a) participante: _____

Contato (telefone/email): _____

Apêndice F – Roteiro de Entrevista com Socioeducadores

1. Caracterização do(a) socioeducador(a) entrevistado(a)

- Nome fictício:
- Gênero: () Feminino () Masculino () Outro: _____
- Escolaridade. Graduação: _____ Pós-graduação: _____
- Idade: _____
- Tempo de atuação na socioeducação:
- Histórico profissional prévio.

2. Caracterização da trajetória de escolarização e de vivências na comunidade dos(as) adolescentes/jovens

- De acordo com a sua experiência profissional, como costuma ser trajetória de escolarização dos(as) adolescentes que você atende?
- Como você caracterizaria a relação dos adolescentes que você atende com a escola?
- Quais são os espaços de lazer e cultura na comunidade?
- Em sua opinião, são suficientes ou faltam mais espaços na comunidade?
- Qual a importância do uso dos espaços de lazer e prática esportiva da comunidade por adolescentes?

3. Caracterização da relação dos adolescentes com práticas esportivas

- Conte um pouco sobre a sua atuação no Projeto Futebol das Quebradas?
- Quais são as potencialidades do Projeto Futebol das Quebradas?
- Quais são as principais dificuldades encontradas para a realização do Projeto?
- Como é a sua relação com os adolescentes que participam do Projeto Futebol das Quebradas?
- Em sua opinião, o projeto Futebol das Quebradas tem contribuído para a adesão dos adolescentes à medida socioeducativa? Se sim, de que modo? Se não, o que imagina que precisa melhorar para isso acontecer?
- Como você analisa o impacto das ações do projeto na vida dos adolescentes atendidos?
- Em sua opinião, existe alguma diferença no impacto dos atendimentos coletivos em comparação aos atendimentos individuais realizados com os adolescentes na Socioeducação? Se sim, de que modo? Se não, como imaginaria que poderia ocorrer?
- Em seu ponto de vista, o projeto Futebol das Quebradas pode contribuir para a ressignificação dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes atendidos? Se sim, de que modo? Se não, o que imagina que pode melhorar para isso acontecer?
- Você acha que tem algum assunto que você considera importante e que não foi abordado na entrevista?

Apêndice G – Roteiro de Entrevista com Adolescentes

1. Caracterização do(a) socioeducador(a) entrevistado(a)

- Nome fictício: _____
- Gênero: () Feminino () Masculino () Outro: _____
- Escolaridade: _____
- Idade: _____
- Possui filhos? () Não () Sim. Quantos? _____
- Mora com quem? _____

2. Caracterização da relação dos adolescentes com práticas esportivas e participação no Projeto

- Quais são os espaços de lazer e esporte na comunidade?
- Em sua opinião, são suficientes ou faltam mais espaços na comunidade?
- Conte um pouco sobre a sua relação com o futebol?
- Como você conheceu o Projeto Futebol das Quebradas?
- Há quanto tempo você participa do Projeto?
- Qual é o significado do Projeto Futebol das Quebradas para você?
- O que você acha que tem de positivo no Projeto Futebol das Quebradas?
- Você acredita que o Projeto contribuiu para o seu desenvolvimento?
- Como é a sua relação com a equipe do Projeto Futebol das Quebradas?
- E como é a sua relação aqui no Projeto com os outros adolescentes?
- Por que você participa do Projeto Futebol das Quebradas?
- Você teve oportunidades no futebol profissional ao participar do Projeto Futebol das Quebradas?
- O que você acha que pode ser melhorado no Projeto Futebol das Quebradas?
- Você acha que tem algum assunto que você considera importante e que não foi abordado na entrevista?